

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica – LASEB
Área de Concentração: Educação, Diversidade e Intersetorialidade.

MÁRCIA CRISTINA ALVES

**ATOS INFRACIONAIS, INDISCIPLINAS E INCIVILIDADES NA ESCOLA: UMA
LEITURA DA (IN) SEGURANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Belo Horizonte
2019

MÁRCIA CRISTINA ALVES

**ATOS INFRACIONAIS, INDISCIPLINAS E INCIVILIDADES NA ESCOLA: UMA
LEITURA DA (IN) SEGURANÇA NO CONTEXTO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais
como requisito parcial para obtenção de
título de especialista

Orientador: Dr. Juarez Melgaço Valadares

Belo Horizonte
2019

A474a
TCC

Alves, Márcia Cristina, 1964-

Atos infracionais, indisciplinas e incivildades na escola [manuscrito]: uma leitura da (in) segurança no contexto escolar / Márcia Cristina Alves. - Belo Horizonte, 2019
56 f., il.

Inclui bibliografia e apêndices.

Trabalho de Conclusão de Curso -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Juarez Melgaço Valadares

1. Violência escolar - Belo Horizonte (MG). 2. Disciplina escolar. 3. Território. 4. Jovens - Ambiente escolar. 5. Jovens - Aspectos sociais.

I. Valadares, Juarez Melgaço. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. III. Título.

CDD - 371.5

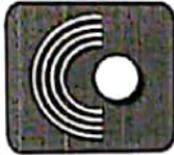
Catálogo da Fonte : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica[†].)

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO QUINQUAGÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO : EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título "Ato infracionais, indisciplinas e incivildades: uma leitura da (in) segurança no contexto escolar.", do(a) aluno(a) Márcia Cristina Alves. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Juarez Melgaço Valadares (orientador) e Patrícia Moulin Mendonça. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Márcia Cristina Alves
Márcia Cristina Alves

Registro na UFMG: 2018750806

Juarez Melgaço Valadares
Professor(a) Orientador(a)

Patrícia Moulin Mendonça
Patrícia Moulin Mendonça
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

Dedico este trabalho a minhas colegas de LASEB, mulheres maravilhosas, professoras militantes da Prefeitura de Belo Horizonte que atuam como sujeitos políticos e fazem de sua prática uma reflexão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às Escolas que participaram desse projeto, à Diretoria de Educação da Regional Leste, às colegas Letícia, Mariana e Silvia pela companhia nesta caminhada e ao professor Juarez, dedicado camarada de luta e de orientação. Ao Léo pelo afeto.

Segundo Freire ler é acompanhar criticamente o movimento do texto para apreender seus significados mais profundos; ler o mundo é acompanhar o movimento do mundo aprendendo o seu sentido e sua significação: o mundo é o encontro das realidades históricas, que se materializam na sociedade humana em diversas formas de ações e feições: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso. (Carmen Lúcia Vidal Pérez, Ler a palavra, compreender o mundo, 2003).

Resumo

Este trabalho procura analisar os conflitos no interior das escolas a partir dos boletins de ocorrência registrados pela Guarda Municipal. Buscamos ampliar as informações acerca dos territórios onde as escolas estão inseridas, sistematizando os dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) do Município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Verificamos uma correlação entre a concentração de registros de ocorrências e a vulnerabilidade juvenil na mesma região da cidade. Fazendo uma leitura coletiva das ocorrências com professores e gestores, apontamos alguns elementos que identificam os conflitos escolares para além das categorias normativas indicadas pelos códigos da justiça ou da segurança pública. Exploramos, neste trabalho, os conflitos escolares a partir das trajetórias dos alunos e o cruzamento destas com as características do território onde vivem. Apontamos as possibilidades das escolas, inseridas nesse contexto, ampliarem seu repertório pedagógico construindo uma metodologia de leitura e discussão dos conflitos no ambiente escolar.

Palavras-chave: Conflitos escolares. Indisciplina. Vulnerabilidade juvenil. Território. Trajetória. Violência nas escolas.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Manchas de Crimes na Regional Leste.....	13
GRÁFICO 1 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte 2015.....	14
MAPA 1 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil por Território de Gestão Compartilhada (TGC).....	15
MAPA 2 – Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte – 2015.....	16
MAPA 3 – Diagnósticos das ocorrências registradas pela Guarda Municipal nas Escolas Municipais de Belo Horizonte.....	17
GRÁFICO 2 – Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade de Belo Horizonte – 2016.....	18
GRÁFICO 3 – Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade - BH 2017.....	18
GRÁFICO 4 – Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade - BH 2018.....	19
GRÁFICO 5 – Principais ocorrências no interior das escolas por classificação 2016.....	20
GRÁFICO 6 – Principais ocorrências no interior das escolas por classificação – 2017.....	20
GRÁFICO 7 – Ocorrências no interior das escolas 2018 por tipo.....	21
QUADRO 1 – Cronograma das Intervenções.....	30
QUADRO 2 - Pergunta: o que é segurança escolar para você?.....	32

LISTA DE SIGLAS

CIA - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

DCRI- Diretoria de Prevenção a Criminalidade

GISP – Gestão Integrada de Segurança Pública

IVJ - Índice de Vulnerabilidade Juvenil

LA - Liberdade Assistida

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SMSP – Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção

SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

TGC - Território de Gestão Compartilhada

Sumário

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Analisando as ocorrências registradas pela Guarda Municipal no interior das Escolas	16
2 Fundamentação Teórica	21
3 Objetivos	27
3.1 Objetivo geral:	27
3.2 Objetivos específicos:	27
4 METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	27
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
5.1 Relato da Intervenção 1- Reunião com Diretoras de Escolas da Regional Leste	31
5.1.1 Discussão sobre o conceito de Segurança Escolar	32
5.1.2 Mudança de Rumos:	35
5.2 Relato da intervenção 2 – Análise de ocorrências registradas no de 2018 na Escola 1.	36
5.2.1 Situação problema I	38
5.3 Relato da Intervenção 3: Encontro na Escola 2	39
5.3.1 Situação problema II	39
5.3.2 Situação problema III	40
6 Resultados e discussão: do contexto do território ao contexto escolar	40
6.1 A produção de informações:.....	40
6.2 A vulnerabilidade juvenil e os sujeitos estudantes:	42
6.3 Elementos importantes que podem contribuir para a reflexão sobre os conflitos escolares	43
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
APÊNDICE I - classificação das ocorrências registradas no ano de 2018 - na escola 1	50
APÊNDICE II - classificação das ocorrências registradas no ano de 2018 - na escola 2	53

1 INTRODUÇÃO

As violências¹ tornaram-se uma rotina na vida dos brasileiros, conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018, entre 2006 e 2016, 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. Segundo essa pesquisa, os homicídios respondem por 56,5% dos óbitos de homens entre 15 a 19 anos no Brasil. Em 2016, 33.590 jovens foram assassinados – aumento de 7,4% em relação a 2015 –, sendo 94,6% do sexo masculino. Os jovens entre 15 e 29 anos são a principal parcela da população afetada pelos assassinatos violentos. Historicamente, vemos uma geração de jovens sendo esfacelada pela violência urbana.

Na década entre 2006 e 2016, o Brasil assistiu a um aumento de 23,3% nos assassinatos de seus jovens, de acordo com o Mapa da violência (WAISELFSZ, 2015). O homicídio é a principal causa de morte nessa faixa etária: o que vemos aqui, é um fenômeno que afeta principalmente a população jovem e merece nossa atenção por vários motivos, nesse caso, por se tratar do público principal das políticas de Educação.

A constatação de que o fenômeno dos homicídios é um problema crescente no Brasil, tem provocado inúmeros debates e ampliado as pesquisas sobre o tema. Além de contribuir para um cenário de medo e incertezas para toda a sociedade, principalmente nas áreas de vilas e favelas, vem colaborando para a desestruturação de inúmeras famílias.

Entretanto, falar do conceito de violência para expressar os conflitos escolares merece uma reflexão. A violência é um elemento importante na constituição da estrutura social brasileira e deve ser pensada não apenas como um fenômeno isolado ou como um produto do tempo atual. Entender as formas que ela assume, seja na individualidade do sujeito, seja na sua relação com o ambiente em que se vive, nos ajuda a pensar uma intervenção reflexiva, para além dos atos e agressões, que percebemos no dia a dia.

Inseridas neste contexto, as comunidades escolares, em especial as unidades escolares públicas, convivem cada vez mais com a ocorrência de violências interna e externamente.

¹ Utilizamos o termo no plural como forma de configurar as diversas situações e as múltiplas formas em que esse fenômeno se expressa.

No início de 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte, iniciou o trabalho de criação de estratégias de Prevenção às violências nas Escolas Municipais, coordenado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e pela Secretaria Municipal de Educação. Buscamos entender esse fenômeno, sob a ótica dos registros das ocorrências no interior das escolas, propondo intervenções que busquem uma mediação de conflitos e uma solução pedagógica para tais conflitos, evitando o acionamento de forças de segurança como a Guarda Municipal para resolvê-los dentro da Escola.

O primeiro passo, para a organização deste processo de trabalho, foi a instituição de duas frentes: a primeira, a criação de um grupo de profissionais sobre Segurança Escolar – PORTARIA CONJUNTA SMED/SMSP Nº 002/2018 - Institui o Grupo de Trabalho intitulado “GT Segurança nas Escolas”. Em segundo, a elaboração de um Projeto Gestão Integrada de Segurança e Prevenção – GISP para as escolas da Regional Leste, coordenado pela Diretoria de Prevenção à Criminalidade da SMSP – PBH.

Essa proposta de Gestão integrada, articula processos para solução de problemas aplicados à Segurança e ordem pública numa gestão de resultados com envolvimento de órgãos públicos e da sociedade civil, elaboram propostas em conjunto para um problema comum. Tendo como diretriz, pensar ações estratégicas a serem desenvolvidas nas escolas e seus entornos, consideramos todos os esforços e tipos de prevenção, seja nas perspectivas individuais e sociais, pontuais ou estruturais, incompletas e complementares umas às outras. Tendo como objetivo maior, de criar e desenvolver propostas, que indiquem políticas públicas de prevenção à criminalidade, visando evitar ou reduzir violências.

No trabalho que apresentamos agora, analisamos todas as ocorrências registradas no interior das escolas no ano de 2018 e partimos da identificação de uma concentração de ocorrências registradas pela Guarda Municipal em 03 Escolas de Belo Horizonte, mais precisamente em um território da Regional Leste denominado L4².

Nesse sentido, propomos uma interlocução com as escolas desse território, que apresentam um elevado número de registros de ocorrências no seu interior e buscamos uma leitura dos dados produzidos a partir destes registros. Nossa

² Territórios de Gestão Compartilhada www.pbh.gov.br

intenção, é contribuirmos para a compreensão do fenômeno denominado como “violência escolar”, a partir de leituras coletivas dos registros, feitas com professores, diretores e gestores destas escolas.

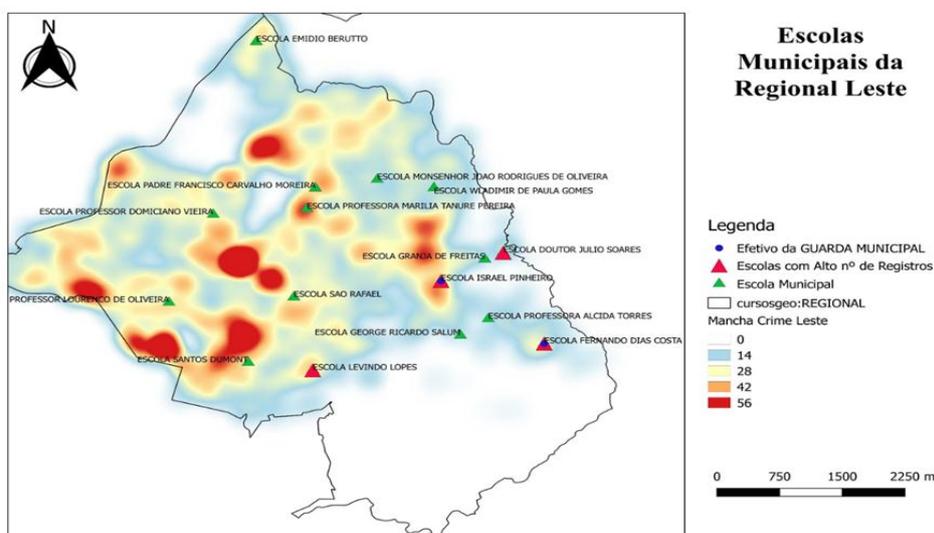
Os dados que apresentamos a seguir foram levantados como ponto de partida para a análise que pensamos fazer nesse trabalho. Nossa opção foi por utilizar além dos dados relacionados aos registros de ocorrências no interior das Escolas, buscarmos associar as ocorrências a outras informações sobre o local onde as escolas estão inseridas e o perfil do público atendido por elas.

Percebemos nessa análise, que se trata de uma região com muitas vulnerabilidades especialmente para a população jovem, com uma concentração grande de desvantagens sociais, que merecem nossa atenção. Os resultados do indicador IVJ BH³, neste território, são todos acima da média da cidade de Belo Horizonte, configurando um território de alta vulnerabilidade juvenil.

A dimensão de trabalharmos com ênfase em territórios de alto IVJ, tem como referência o ambiente escolar em uma perspectiva comunitária, tornando inevitável uma relação entre contexto social e contexto escolar. Conforme vamos mostrar neste trabalho, uma relação não apenas causal, mas de outra complexidade.

As figuras seguintes confirmam essa configuração territorial e demonstram as vulnerabilidades concentradas, em relação à localização das escolas:

FIGURA 1- Manchas de Crimes na Regional Leste



Fonte: SESP- MG 2017

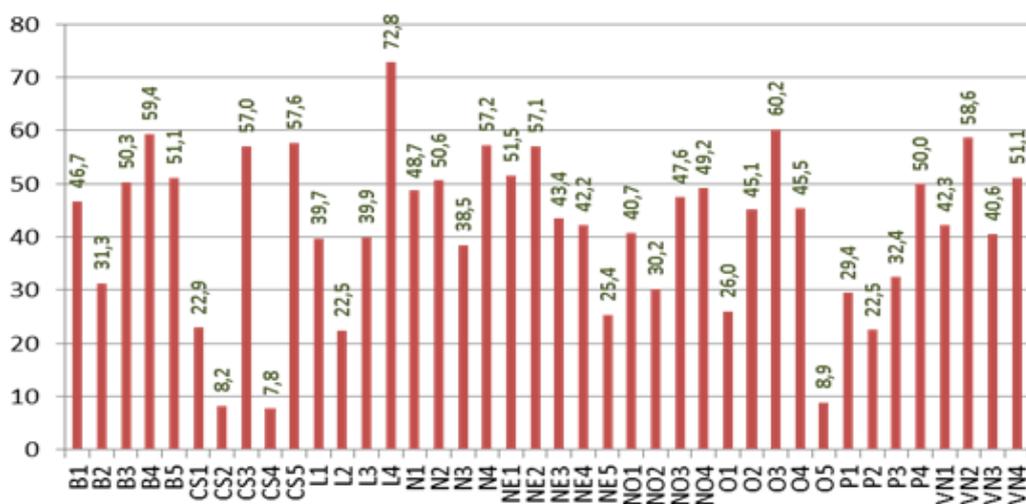
³ Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte

Para entender as relações entre as marcas das violências no território e o público afetado por estas violências, utilizamos outros dados como o IVJ⁴ que agrega os seguintes indicadores:

- Renda média familiar domiciliar (CENSO - IBGE);
- Percentual da população jovem (CENSO - IBGE);
- População 10 a 14 anos ocupada (Diagnóstico do Trabalho infantil BH);
- Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (CENSO Escolar);
- Taxa de homicídios 15 a 29 anos (Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM/Secretaria Municipal de Saúde-SMSA);
- Taxa de fecundidade na faixa etária entre 15 e 19 anos no Município (Secretaria Municipal de Saúde-SMSA).

O IVJ evidencia a situação dos jovens de Belo Horizonte, principalmente no que diz respeito à exclusão social e às situações de risco que os envolvem. Esse índice contribui para leitura do território, fornecendo elementos, a partir de dados oficiais, sobre a composição e a condição dos jovens e adolescentes da cidade. Acreditamos que instrumentos como esse, ajudam a planejar o trabalho das Políticas Públicas e considerar os fenômenos próprios de cada lugar. Vejamos esse quadro:

GRÁFICO 1- Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte 2015

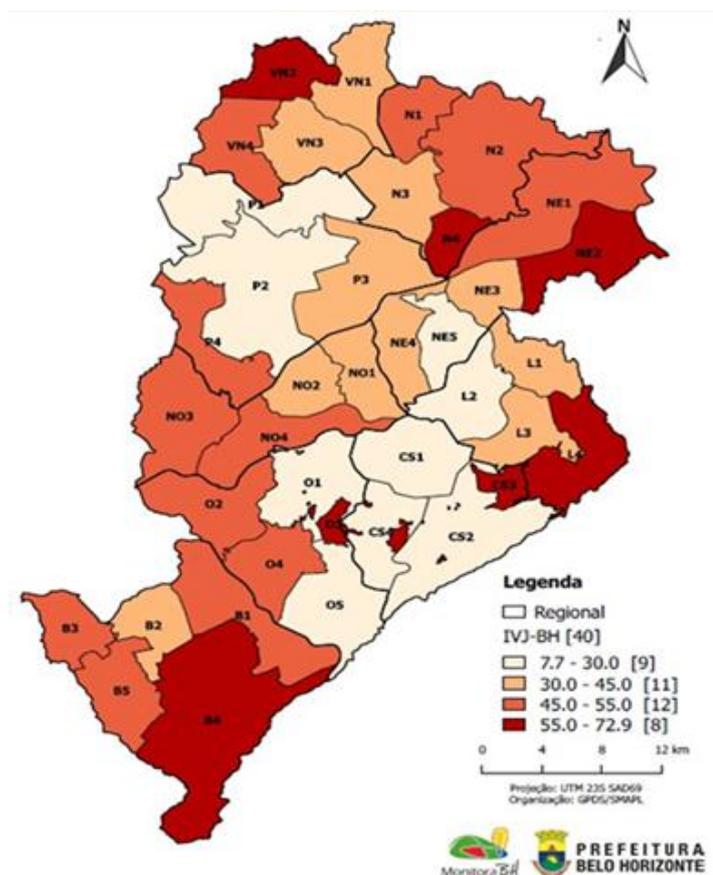


Fonte: IVJ - BH 2015

⁴ <https://prefeitura.pbh.gov.br/estatisticas-e-indicadores/indice-de-vulnerabilidade-juvenil-de-belo-horizonte>

O que percebemos nos resultados do IVJ é uma concentração de altos índices de vulnerabilidade, em algumas regiões, que se diferenciam das taxas para a cidade e revelam uma concentração de desigualdades em alguns territórios e para alguns jovens. Ao olharmos o mapa a seguir, veremos que os piores índices estão em regiões de aglomerados, representando vulnerabilidades múltiplas para um público com poucas possibilidades e ofertas de inserção sociocultural além da Escola.

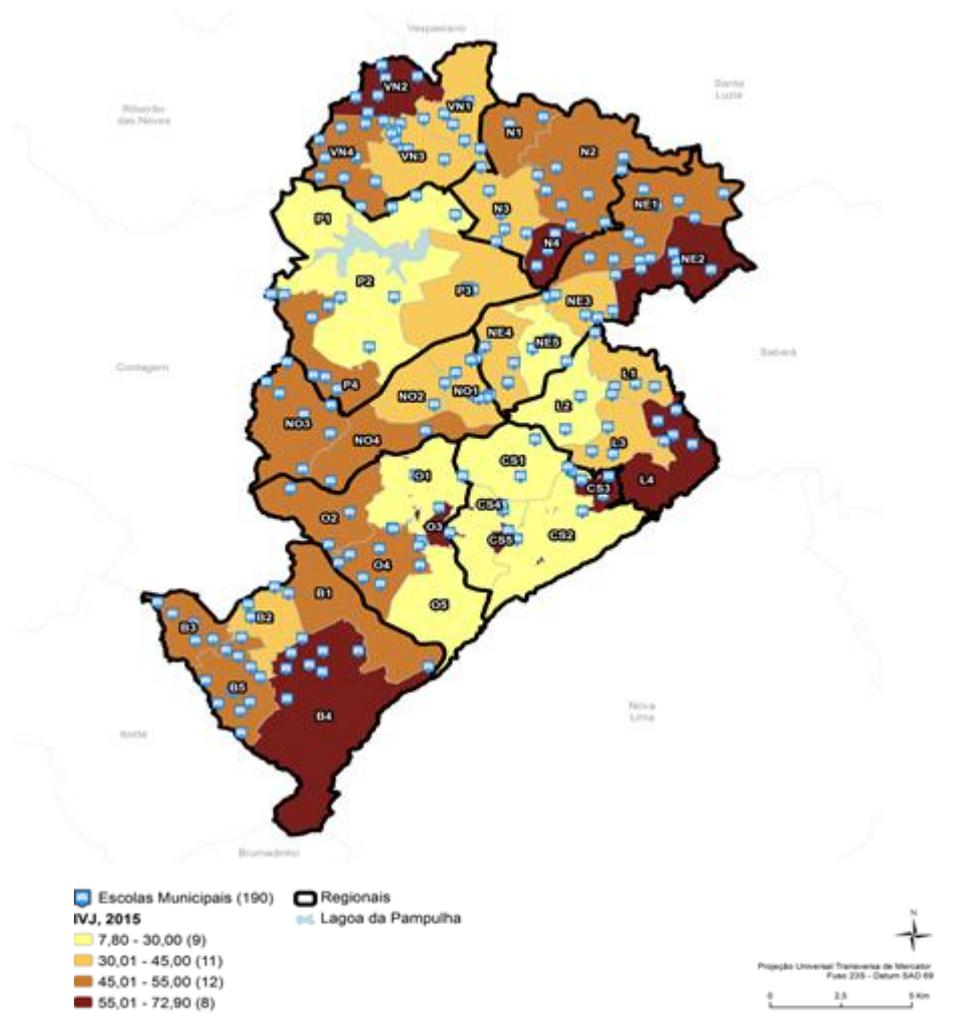
MAPA 1- Índice de Vulnerabilidade Juvenil por Território de Gestão Compartilhada (TGC)



Fonte: IVJ – BH 2015

Considerando a prevalência das escolas municipais de Belo Horizonte em áreas de vulnerabilidade social, atendendo a um público em sua maioria próximo ao perfil sócio demográfico do IVJ, distribuímos as 190 escolas públicas municipais nos 40 TGC – Territórios de Gestão Compartilhada, conforme mapa abaixo:

MAPA 2 - Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte - 2015



Fonte: Gerencia de Estatística, SMAGC, 2016.

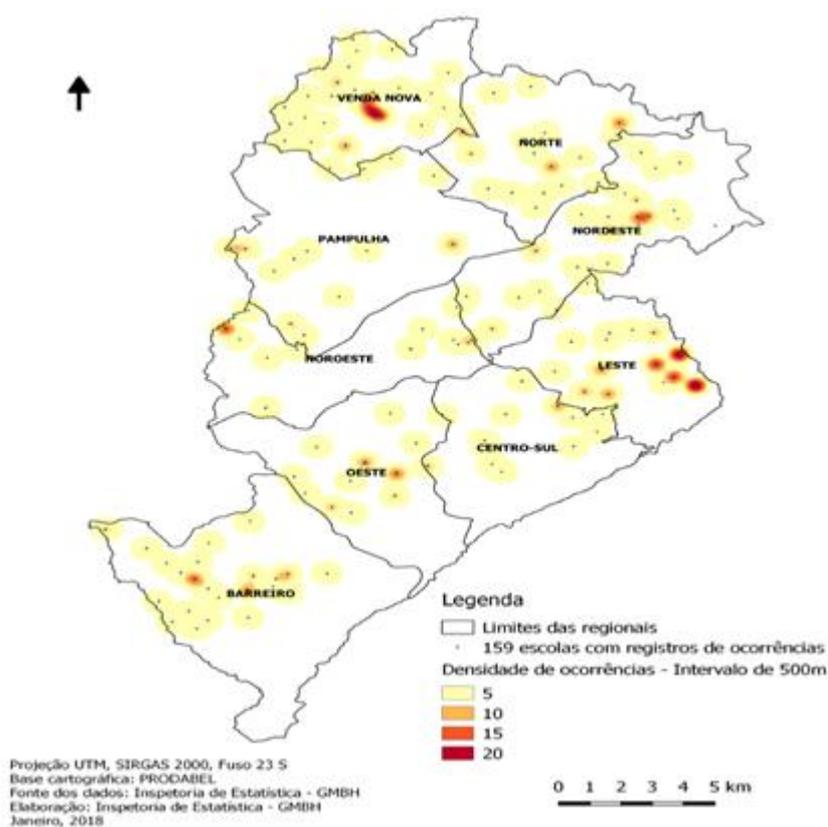
Conforme percebemos no mapa acima, grande parte das escolas municipais está inserida em locais de alta vulnerabilidade juvenil, trazendo o desafio para a Educação, de se apresentar muitas vezes, como o único espaço de convivência social e cultural nesses territórios.

1.1 ANALISANDO AS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELA GUARDA MUNICIPAL NO INTERIOR DAS ESCOLAS

Os dados das ocorrências registradas nas Escolas Municipais pela Guarda Municipal de Belo Horizonte, indicam alguns elementos para análise e reflexão, em relação ao fenômeno comumente chamado denominado de “violência nas escolas”.

Alguns números merecem atenção: 33% de todas as ocorrências no interior das Escolas, registradas pela GM, se concentram em um mesmo território na Regional Leste – denominada L4.

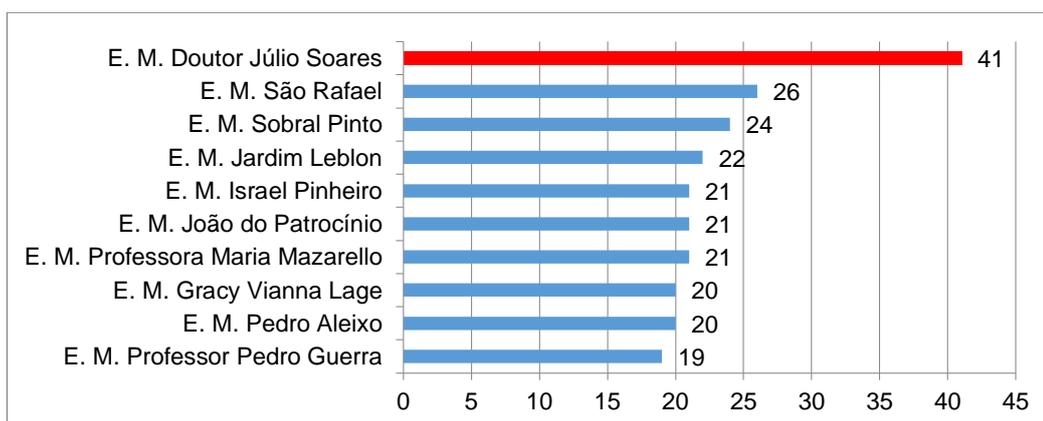
MAPA 3 – Diagnósticos das ocorrências registradas pela Guarda Municipal nas Escolas Municipais de Belo Horizonte



Fonte: GMBH, 2018

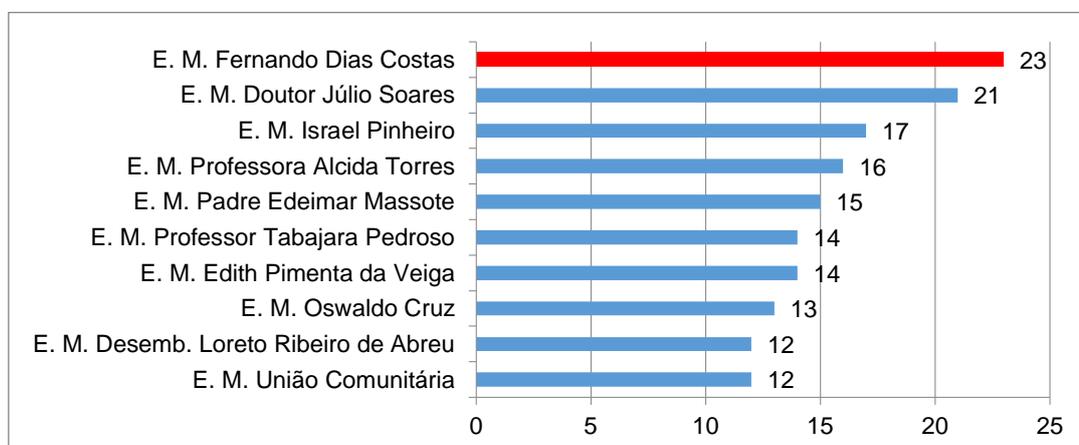
Das ocorrências registradas em toda rede Municipal (193 escolas) há uma concentração dos registros, em apenas 03 Escolas desta Região – L4. Comparando 2016 e 2017 apenas 03 escolas dessa Regional, se mantém entre os primeiros lugares, no ranking municipal, de escolas com maior número de ocorrências.

GRÁFICO 2 - Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade de Belo Horizonte – 2016



Fonte: Setor de Estatísticas da GM

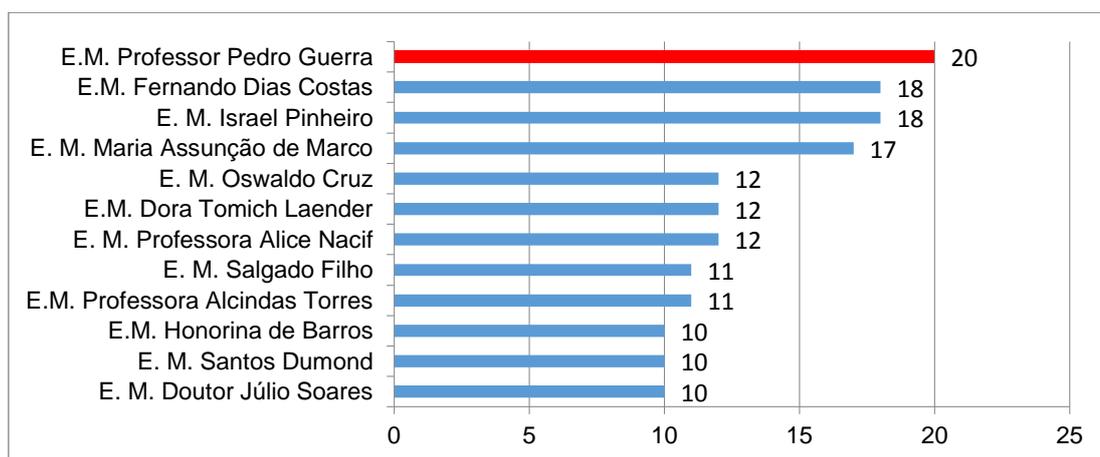
GRÁFICO 3 - Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade - BH 2017



Fonte: Setor de Estatísticas da GM

No ano de 2018 vemos uma permanência destas 03 Escolas do L4, dentre aquelas com maior número de registros, com a variação de apenas uma delas. A maior diferença se refere à Escola Municipal Doutor Júlio Soares, que saiu do segundo para o décimo segundo lugar da lista. A mudança da colocação da Escola Doutor Júlio, no ranking das ocorrências, ainda precisa ser avaliada para afirmarmos que práticas contribuíram para essa redução nos registros.

GRÁFICO 4 - Ranking de ocorrências no interior das escolas por unidade -
BH 2018



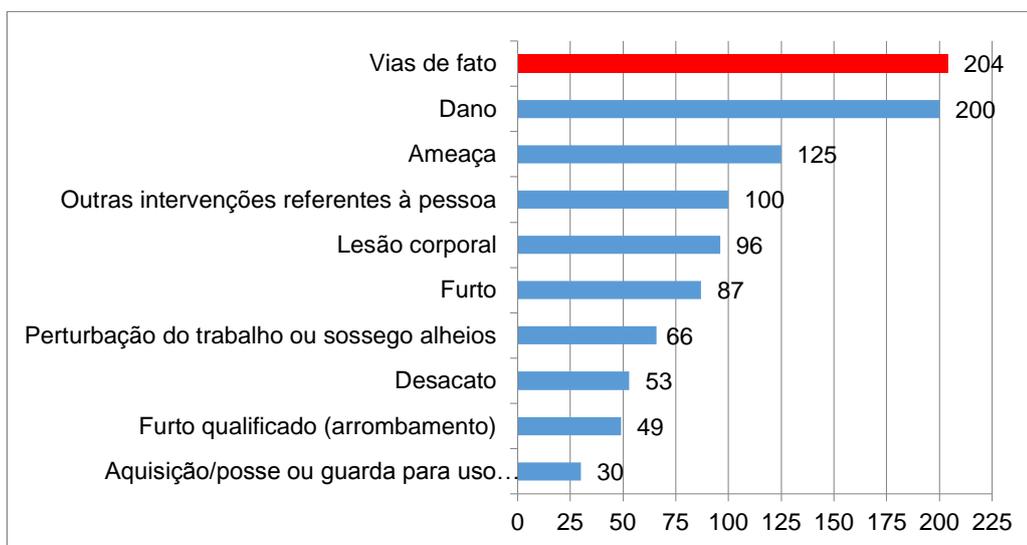
Fonte: Setor de Estatísticas da GM

Ao analisarmos as ocorrências que podemos inferir como se referindo à categoria “conflitos interpessoais”, – conforme os próximos gráficos mostram – comparando os dados de 2016 e 2017, os registros denominados “vias de fato”, figuram como a principal ocorrência no interior das escolas; se somarmos outras categorias registradas como “desacato” mais a categoria denominada “outras intervenções referentes à pessoa” teremos mais da metade dos registros, relativos a conflitos interpessoais ou relacionais, entre diferentes pessoas dentro da escola.

Apresentamos abaixo a série histórica de 2016-2017 e 2018 da classificação das principais ocorrências no interior das escolas. Observamos pelos dados uma permanência da natureza dos registros relacionadas aos conflitos interpessoais, como as principais formas das ocorrências registradas.

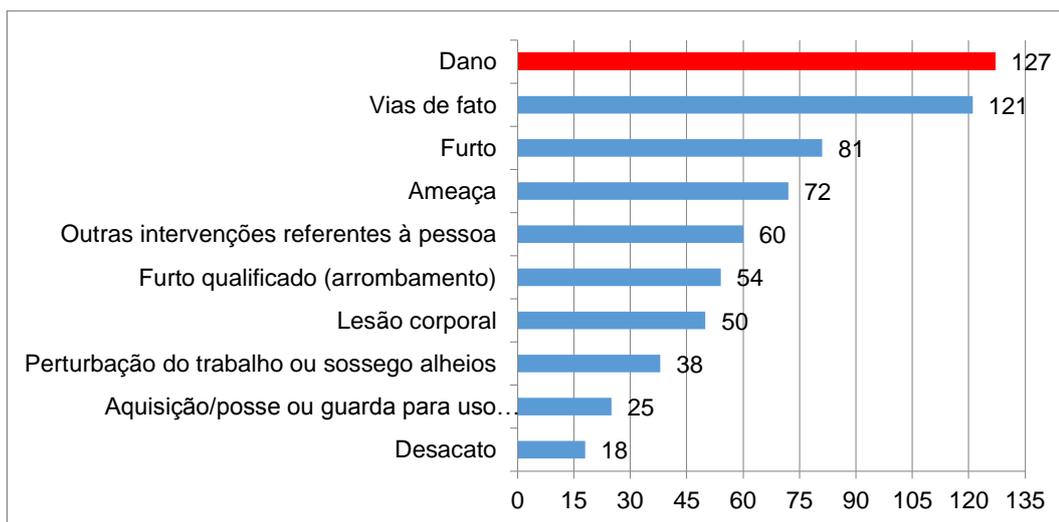
Nossa leitura, leva a uma percepção, que em grande parte das chamadas para a Guarda Municipal comparecer à escola, o motivo é para atender a conflitos relacionados a agressões e brigas (vias de fato), ameaças e outras intervenções referentes a pessoas (xingamentos, insultos, palavrões, palavras agressivas, acusações, ridicularizações).

GRÁFICO 5 - Principais ocorrências no interior das escolas por classificação
2016



Fonte: Setor de Estatísticas da GM

GRÁFICO 6 - Principais ocorrências no interior das escolas por classificação
– 2017



Fonte: Setor de Estatísticas da GM

GRÁFICO 7 - Ocorrências no interior das escolas 2018 por tipo



Fonte: setor de estatísticas da Guarda Municipal 2019

Percebemos uma redução no total de ocorrências registradas no interior das escolas ao longo de 3 anos, entre 2016 (1161) e 2017 (749) redução de 35% e em 2018 para um total de 569 registros, uma redução de 24% em relação ao ano anterior. Se compararmos o início da série, de 2016 para 2018, os registros caem quase pela metade em 02 anos. Nesse trabalho tentamos pensar sobre esses registros fazendo uma leitura deles, à luz dos conflitos escolares, junto com o corpo técnico das Escolas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em nossa visão, o fenômeno da violência nas escolas pode ir além das explicações mais óbvias, pois se transformaram em discursos compartilhados de que os principais motivos dos conflitos existentes no interior das escolas estão vagamente relacionados ao contexto social, familiar ou mesmo individual dos alunos, e que terminam em agressões verbais ou físicas, em sua maioria das vezes.

É fato que a escola é importante para a construção de valores sociais de convivência e civilidade, mas o grau de incerteza dessa afirmação está na relação entre o comportamento dos alunos e algumas variáveis estruturais. Manter certo nível de dúvida em relação à causalidade dos fatos é característica da abordagem preventiva, tendo em vista que a violência se trata de um fenômeno muito complexo

e multicausal, o que limita a possibilidade de generalização das estratégias de intervenção.

Ao tratarmos de todos os conflitos escolares como violência escolar, precisamos delimitar o conceito deste fenômeno nas escolas, posto que se refere a um fenômeno social que é mais amplo e ocorre em toda a sociedade. Para Sposito (1998, p.60), “violência é todo ato que implica a ruptura de uma relação social pelo uso da força, negando assim, a possibilidade do convívio, que deve ser baseado na comunicação, no uso da palavra, permeado pelo diálogo e também pelo conflito”.

Na nossa perspectiva a escola é um espaço de múltiplas relações e de sujeitos diversos, onde o conflito é inerente ao cotidiano escolar. “tratar de violências nas escolas significa lidar com uma intersecção de objetos e seus significados. Isto é, uma perspectiva sobre determinada ordem e não simplesmente a superposição ou o somatório dos objetos: escola e violência” (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.27).

Na concepção de Morin (2001), multicausalidade significa múltiplas dimensões. Não existe apenas uma ordem lógica para as respostas à vida e as suas questões, nem existe causa e efeito para os problemas. O que é possível pensar sobre um problema é parte dele, e, as motivações para a existência de questões complexas são diversas, carregam diferentes formas de ver e experimentar a vida.

Uma perspectiva de prevenção à violência que nos interessa neste trabalho relaciona-se à compreensão dos fatores de risco que podem interferir nas motivações para a ocorrência dos conflitos escolares. Não se trata aqui, de uma abordagem que busque a compreensão do fenômeno apenas para controlá-lo, punindo os comportamentos “desviantes” e constituindo medidas de monitoramento destes.

Outra diretriz importante é a que se refere a construção de uma Política Pública de Segurança Cidadã, entendida um modelo que tem por finalidade expandir o processo de articulação de todas as forças da sociedade e formas de governo no combate à criminalidade. De tal modo, cada representante dessas diferentes forças seria corresponsável por planejar e controlar as operações em cada âmbito que se deseja intervir, observando as características locais, bem como a busca por desenvolver técnicas de prevenção, mediação, negociação e investigação de conflitos sociais e de violências.

Para discutirmos a violência escolar utilizamos o paradigma da complexidade frente ao paradigma da simplificação, pensando o conceito de complexo como “o

que está tecido em conjunto” (MORIN, 2005). Olhar complexo significa perceber que tudo acontece ao mesmo tempo e de forma tensa, e as tensões produzem algo que ainda não é conhecido. Em diversos campos essa tensão é indesejada, posto que traga o incômodo de não ter certezas e a necessidade de “sair do lugar”. Para criar e produzir algo novo é importante “pensar complexo”.

Reduzir as alternativas dos problemas da violência nas Escolas ao aumento de Políticas Sociais levaria à generalização da questão, e em nossa interpretação nos tiraria a oportunidade de compreender o fenômeno da violência urbana em suas particularidades ou nos diversos contextos sociais.

Ao mesmo tempo, nos interessa explorar uma lacuna que persiste, no campo da Educação, criada pelos anos de explicações genéricas para problemas particulares. A impossibilidade de se conceber propostas de ação mais singulares, levando em conta as especificidades tanto dos sujeitos quanto das Escolas, que se difere em vários aspectos, produziu respostas gerais e que nem sempre foram assimiladas pelas escolas.

A relação entre violência e Escola, tem sido objeto de muitos estudos no Brasil. Segundo nosso professor Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Marília Sposito (2002), no Brasil, durante os últimos vinte anos, as políticas públicas de redução da violência em meio escolar têm se originado, sobretudo, na esfera estadual e municipal. Mas ele afirma que apesar de expressarem iniciativas muitas vezes fragmentadas e descontínuas, já existe um considerável acúmulo de experiências dessas políticas que demandam estudos sistemáticos para avaliar sua eficácia.

Embora essa seja uma associação reforçada pela ideia de Segurança, que surge com a presença de setores não educacionais no ambiente escolar, Polícia Militar, Guardas e vigilantes, segundo Abramovay:

Inicialmente, violência na escola era tratada como simples questão de disciplina. Mais tarde, passou a ser analisada como manifestação de delinquência juvenil, expressão de comportamento antissocial. Hoje, é percebida de maneira muito mais ampla, sob perspectivas que expressam fenômenos como a globalização e a exclusão social, os quais requerem análises não restritas às transgressões praticadas por jovens estudantes ou à violência das relações sociais entre eles (ABRAMOVAY; RUA: 2002, p.26)

Os conflitos escolares podem ter diferentes abordagens e formas de registros.

Podem ser tratadas como problemas de indisciplina, incivildades (termo utilizado pela Secretaria Municipal de Educação) ou podem ser identificados como atos infracionais. Para Abramovay e Rua (2002) as incivildades consistem em atos

e comportamentos considerados sem gravidade e que têm caráter essencialmente público — são, portanto, da ordem do coletivo, existem a partir de relações construídas coletivamente. No ambiente escolar, as incivildades são representadas por comportamentos que rompem com algum tipo de norma instituída ou não por regimentos internos, significam muitas vezes algum tipo de afronta a padrões mesmo que não instituídos, mas que são considerados ideais ou necessários no ambiente escolar.

Por sua vez, o conceito de indisciplina se evidencia na relação social do aluno com os demais colegas, no que se diz cooperação entre estes a partir de uma convivência cotidiana em um mesmo ambiente. Só existe em relação ao acatamento, ou não, das normas estabelecidas para o convívio com a comunidade em que se encontra inserido. Para Aquino (2003), a indisciplina se trata de um fenômeno escolar que ultrapassa fronteiras socioculturais e também econômicas. Para esse autor, a indisciplina não existe somente através do meio sociocultural, ou econômico, ela nasce também através da falta de afetividade.

O autor relaciona à indisciplina a ausência de afeto e a necessidade da criança de ter referências amorosas para aprender normas. Segundo o autor, as crianças indisciplinadas não admitem receber ordens e não aceitam regras, nem tão pouco limites impostos pelo professor ou pela escola, porque se sentem sem referências ou fora do circuito onde se concebem as normas, uma vez que estas só existem para proteger, e como elas não estão protegidas, a necessidade de insurgir contra as normas é evidente.

Já os atos infracionais representam a conduta descrita como crime ou contravenção penal cometida por criança ou adolescente. A imputabilidade penal termina aos 18 anos de idade. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas de proteção previstas no artigo 101; ao adolescente infrator, acima de 12 anos de idade, aplicam-se as medidas socioeducativas previstas no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o ECA, após certificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- a. Advertência;
- b. Obrigação de reparar o dano;
- c. Prestação de serviços à comunidade;
- d. Liberdade assistida (LA);

- e. Inserção em regime de semiliberdade;
- f. Internação em estabelecimento educacional.

A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Os atos infracionais são análogos ao Código Penal, e podem ser classificados da seguinte forma: “Leves: Atos infracionais análogos a infrações penais de menor potencial ofensivo (pena máxima não superior a dois anos, com base no artigo 61 da Lei 9099/95, alterado pela Lei 11.313/06). Ex: Ameaça 147 CP, calúnia 138 CP, constrangimento ilegal 146 CP, porte de substância entorpecente para uso próprio, artigo 28 da Lei 11.343/06. Também são considerados leves os atos infracionais análogos a crimes de médio potencial ofensivo (pena mínima não superior a um ano, com base no artigo 89 da Lei 9099/95, que autoriza inclusive a suspensão condicional do processo). Ex: Furto 155 CP, estelionato 171 CP, receptação 180 CP, aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento 124 CP. Graves: Atos infracionais análogos a crimes de maior potencial ofensivo (pena mínima superior a 1 ano) cometidos sem violência ou grave ameaça. Ex: Tráfico ilícito de entorpecentes, artigo 33 da Lei 11.343/06, furto qualificado, 155, §4º, CP. Gravíssimos: Atos infracionais análogos a crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça à pessoa cuja pena mínima seja superior a 1 ano. Ex: Homicídio 121 CP, roubo 157 CP, extorsão mediante sequestro 159 CP, estupro 213 CP⁵.” (Fundamento Constitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente)

O que nos interessa nesta classificação dos atos infracionais são dois questionamentos fundamentais para pensarmos os conflitos escolares: em primeiro, a frequência em que a Guarda Municipal é chamada para os registros, não condizem com os tipos, ou natureza dos conflitos que acontecem no interior das escolas, posto que só faça sentido chamar uma força de segurança para questões de criminalidade e violências identificadas ou suspeitas. Em segundo, se a analogia dos atos infracionais aos crimes do código penal é útil para entender os conflitos que acontecem no interior da escola.

Para compreender as ocorrências segundo a sua natureza, utilizamos as categorias apresentadas por Martins e Machado (2016). Por meio de um estudo

⁵ Código Penal Brasileiro - O **Código Penal Brasileiro** é o conjunto de leis que visa a um só tempo defender os cidadãos e punir aqueles que cometam crimes e infrações. Criado em 1940 sofreu várias modificações ao longo do tempo. Mas manteve a doutrina penal

qualitativo realizado com 43 diretores de escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, as autoras realizaram uma pesquisa que buscava analisar a relevância que o tema das situações de conflito vem logrando no campo das políticas públicas de educação.

Deste modo, as autoras criaram categorias para analisar esses conflitos, transpostas para este trabalho. Para tanto, sistematizamos as ocorrências das escolas analisadas (Anexo I – Registros das ocorrências na Escola 1 - **Anexo II** Registro das ocorrências na Escola 2):

- a. Primeira categoria de análise – violência contra o patrimônio: depredação/pichação em áreas internas e externas da escola; roubo e furto de equipamentos e materiais.
- b. Segunda categoria de análise – situações de tráfico, porte e uso de drogas.
- c. Terceira categoria de análise – uso de álcool nas dependências da escola e em seu entorno.
- d. Quarta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre alunos.
- e. Quinta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre professores ou funcionários a alunos.

Como a experiência da pesquisa de Martins e Machado (2016), nos pareceu relevante para a análise das ocorrências que estávamos discutindo com as escolas, utilizamos as mesmas categorias para construir a sistematização dos registros das ocorrências registradas no interior das escolas pesquisadas.

Trabalhamos com o princípio de que o pesquisador qualitativo procura assegurar que o propósito da investigação não é alcançar a generalização, mas fornece exemplos situacionais à experiência do leitor (STAKE, 2011). Para as ocorrências que não se encaixavam nas categorias, apresentadas por Martins e Machado (2016), utilizamos a denominação “outras categorias”, posto que representavam uma minoria dos registros e demonstravam situações fora do ambiente escolar.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL:

Produzir uma análise sobre o fenômeno denominado “violência escolar”, a partir das informações presentes nos registros de ocorrências nas Escolas, proporcionando uma reflexão com os profissionais das Educação sobre os conflitos principais, na busca de uma ação preventiva a esses conflitos no ambiente escolar.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Traçar um cenário dos conflitos escolares a partir dos dados coletados nas ocorrências no interior das Escolas com maiores números de registros, feitos pela Guarda Municipal.
- b. Qualificar tais conflitos a partir da leitura e análise das ocorrências, em conjunto com gestores e professores de duas Escolas, identificando elementos que ajudem na análise qualitativa dos eventos registrados.
- c. Propor formas de intervenção em conflitos escolares.
- d. Compartilhar com a comunidade escolar as informações e análises produzidas.

4 METODOLOGIA DE COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Tendo em vista o tema analisado – violência em ambiente escolar – partimos das ocorrências registradas pela Guarda Municipal, construindo uma leitura coletiva destes registros com o corpo técnico e com gestores das escolas. Interessa-nos compreender como diretores e coordenadores pedagógicos expressam seu conhecimento, do escopo legal que define os atos infracionais, que exigem a presença de um agente externo à Escola, para a garantia da segurança escolar – o Guarda Municipal – e como este mesmo grupo, adjudica relevância a aspectos, fatos e situações que envolvam conflitos em suas respectivas escolas.

É possível perceber, pelos dados dos Relatórios Anuais de Ocorrências da Guarda Municipal (2017-2018), que a maioria dos conflitos escolares, são

atravessados pelas relações entre alunos, professores e comunidade no ambiente escolar.

Em uma breve análise dos registros feitos pela Guarda Municipal, é possível ver a prevalência de conflitos interpessoais nos registros anuais, tanto em 2017 quanto em 2018. Também é possível perceber que, mesmo quando a Guarda é acionada, 82% das ocorrências em 2017 e 67% em 2018, resultaram em “Medidas Pedagógicas” o que significa na prática, “algo” que a Escola vai ter que encaminhar para a solução do conflito, sem a intervenção externa.

Muitas vezes, a própria escola tem dificuldades de lidar com o registro dos eventos que acontecem em seu cotidiano, seja pelas nomenclaturas utilizadas para categorizá-los, seja pela ausência de uma definição compartilhada entre as secretarias de Segurança e Educação, acerca dos mesmos.

Assim, o nosso objetivo principal é interpretar os boletins de ocorrências, de forma a se construir estratégias de prevenção. Estas estratégias, têm como objetivo a compreensão do fenômeno da violência, a partir de uma antecipação dos fatos, não se limitando à produção de ações reativas, que gerariam apenas maior controle. Assim, trabalhar com informações, leituras críticas e reflexões coletivas sobre os registros de ocorrências nas Escolas é uma forma de compreendê-las em um contexto mais amplo, que apenas o registro dos fatos.

Pela concentração e pelo elevado número de ocorrências, em Escolas da Região denominada L4, escolhemos para esta intervenção, os profissionais da gestão da Regional, as direções e coordenações de 02 Escolas, levando em consideração também, os dados e as características territoriais onde estas são inseridas.

A proposta é, que a partir dos registros desses conflitos, nos Boletins de intervenção (BI) produzidos pela Guarda Municipal, possamos buscar marcadores de repetição (um padrão) para tais registros, ou identificar elementos, que informem sobre um discurso que perpassa a categorização dos conflitos. A hipótese aqui, é de que conceitos como autoridade, identidade, desigualdade, medo, estão presentes na representação dos profissionais da educação para essas categorias.

Uma ideia que pretendemos trabalhar, é que tais conflitos perpassam as relações entre alunos, escola, comunidade e que podem ser marcados ou não, por desigualdades e diferenças, muitas vezes não compreendidas e nem presentes no repertório das práticas pedagógicas. Outra possibilidade é avaliarmos se a

vulnerabilidade juvenil presente no território marca as relações interpessoais e produz ou interfere em tais conflitos que ocorrem no interior da escola.

Tendo em vista o objetivo proposto para o Plano de Ação, qual seja, compreender os conflitos escolares a partir de uma análise qualitativa de dados, para propor intervenções que facilitem a constituição de ações de prevenção e o risco de violências e conflitos no interior das escolas, seguimos o seguinte percurso da ação:

- a. Levantamento de ocorrências registradas pela Guarda Municipal no interior das Escolas nos anos de 2017 e 2018.
- b. Seleção das ocorrências por território – focando nas escolas da Regional Leste e no território L4 Seleção de 02 escolas da Região Leste: uma dentro do território mais vulnerável e outra externa a esse território, mas atendendo a alunos igualmente vulneráveis.
- c. Classificação desses conflitos de acordo com a descrição dos fatos, os envolvidos e identificando possíveis motivações para este a partir da análise de ocorrências no ano de 2018 destas 02 escolas.
- d. Categorização dos conflitos no interior das 02 escolas de referência: Constituição de um quadro apresentando categorias que aparecem com regularidade nas ocorrências, separando-as por natureza, envolvidos, motivações, e consequências do fato - encaminhamentos dados.
- e. Levantamento de outros indicadores que representem características territoriais da população de adolescentes e jovens (IVJ).
- f. Leitura coletiva das ocorrências registradas nas duas escolas, com a participação de diretores, coordenadores, professores e gestores regionais, buscando compreender a configuração do fenômeno da violência nos territórios onde as escolas estão localizadas.
- g. Problemática das ocorrências registradas pela Guarda Municipal na Regional Leste e no interior das 02 Escolas, a partir da discussão em grupo de conceitos relacionados ao tema como Segurança Escolar, criminalidade e violência urbana, e vulnerabilidade juvenil.
- h. Apresentação de uma situação problema a partir de dados relativos ao contexto sociocultural dos alunos, das comunidades e do território onde as escolas estão inseridas.

- i. Reflexão coletiva sobre a produção das violências no interior das escolas, a partir da fala dos participantes da discussão em grupo.
- j. Devolutiva das discussões e reflexões para os grupos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a nossa proposta de intervenção, definimos encontros com gestores da Regional Leste, responsáveis pelo acompanhamento das escolas e dos conflitos que demandam monitoramento, e com as 2 escolas de um mesmo território.

A Escola Municipal 1, que possui 683 alunos, sendo 203 no primeiro ciclo, 211 no segundo ciclo, 147 no terceiro ciclo e 17 na educação infantil. (Fonte: Regional Leste, 2018), e a Escola Municipal 2, que possui no Ensino Fundamental I: 259 alunos, no Ensino Fundamental II: 616 alunos, com um Total de 875 alunos, em sua maioria, os alunos são moradores dos bairros Pompéia, Castanheiras e Taquaril. Mais de cem servidores trabalham na unidade. O funcionamento é de segunda à sexta de 7h às 22h. Nos finais de semana é das 8h às 14h. (Fonte: Censo Escolar 2018).

As intervenções ocorreram em 04 encontros, conforme cronograma abaixo:

QUADRO 1 – Cronograma das Intervenções

DATA	PARTICIPANTES	TEMA
25 de abril – 10h30min às 12h30min	Diretoras de Escolas da Regional Leste e Diretoria Regional de Educação	Segurança nas Escolas
20 de maio – 09h00min às 12h00min	Escola Municipal Santos Dumont	Análise dos dados e leitura dos caos registrados na Escola em 2018
04 de junho – 09h00min às 12h30min	Diretoras de Escolas da Regional Leste e Diretoria Regional de Educação	Análise das ocorrências registradas pela GM em 2017 e 2018 no interior da Escola
05 de julho 14h00min às 17h00min	Escola Municipal Israel Pinheiro	Análise das ocorrências registradas pela GM em 2017 e 2018 no interior da Escola

Fonte: elaborado pela autora

5.1 RELATO DA INTERVENÇÃO 1- REUNIÃO COM DIRETORAS DE ESCOLAS DA REGIONAL LESTE

A partir de um convite da Diretoria de Educação da Regional Leste, para discutir o tema da Segurança nas Escolas, iniciamos a intervenção com todas as diretoras desta Regional. Foi uma oportunidade ímpar, para percebermos como o tema estava sendo tratado no campo da Gestão Local.

Foram dois encontros: 25 de abril de 2019 e 04 de junho, onde discutimos os conceitos de Segurança, de criminalidade, violência, além de discussões sobre as categorias que representavam esses conceitos como indisciplina, incivildades e atos infracionais. Levando a discussão, a partir do aumento ou da redução dos registros de ocorrências no interior das escolas, mostrando às gestoras presentes, os dados dos registros da Guarda Municipal e os dados do IVJ.

Para realizar essa discussão, solicitamos a todas as pessoas presentes, que escrevessem o que entendiam pelo conceito “Segurança das Escolas”. Após a escrita individual, algumas definições que elas escreveram foram lidas, perguntando se todas concordavam ou não com o conceito apresentado por outra colega.

Após um longo debate sobre o conceito de Segurança Escolar com as participantes do encontro, mencionamos que precisaríamos separar em categorias as ideias que traziam sobre o conceito, uma vez que as visões eram diferentes sobre o mesmo tema. Criamos o seguinte percurso:

1- Apresentar um conceito de Segurança que utilizamos no campo das políticas públicas.

2- Problematizá-lo através dos dados registrados pela Guarda Municipal nas ocorrências no interior da Escola – constituindo de uma situação problema.

3- Analisar os conflitos que as ocorrências traziam, à luz de informações e dados sobre os alunos, a comunidade, o território onde as Escolas estavam inseridas.

4- Discutir possibilidades de enfrentamento dos problemas relacionados aos conflitos no interior das Escolas.

5.1.1 Discussão sobre o conceito de Segurança Escolar

Nesta parte do encontro, foi apresentado ao grupo, o conceito de Segurança Cidadã com o qual trabalhamos na área de Segurança Pública, que tem como objetivo, pensar um Programa de Prevenção da Violência nos Ambientes Escolares. A ideia de Segurança, segundo a Diretoria de Prevenção Social da Secretaria Municipal de segurança e Prevenção – SMSP/PBH, teria como diretrizes:

- a) Promover a segurança e a convivência pacífica nos ambientes comunitários, tais como escolas, praças parques;
- b) Promover os direitos humanos considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;
- c) Fortalecer as redes sociais e comunitárias;
- d) Buscar a modernização da instituição de Segurança Pública Municipal por meio da valorização dos profissionais;
- e) Incluir a participação do jovem e do adolescente na discussão da política de segurança.

Após apresentar essas diretrizes para o grupo, colocamos a seguinte situação problema: perguntamos se estes objetivos estavam presentes nos conteúdos que o grupo trouxe quando registraram o que era Segurança Escolar.

Nesse sentido, perceberam que em sua maioria, as gestoras tinham uma visão particularizada ou até individualizada do conceito de segurança, tendo sempre como ponto de partida a sua realidade particular.

Após debatermos as ressonâncias encontradas nessa discussão sobre segurança escolar, construímos categorias para as respostas e questões apresentados por elas, e, fomos sistematizando as falas das diretoras, agrupando-as pelas identificações e pela proximidade conceitual que faziam:

QUADRO 2 - Pergunta: o que é segurança escolar para você?

<p>GRUPO 1</p> <p>FALAS QUE SE ASSOCIAM AO CONCEITO DE ESTRUTURA DA ESCOLA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Saber que toda a comunidade escolar está <u>segura</u> dentro dos muros da Escola” -” Espaços seguros – diminuir riscos de acidentes – de violência”. - “Estrutura Física bem estruturada. Porteiros. Guardas Municipais”.
<p>GRUPO 2</p> <p>FALAS QUE SE ASSOCIAM AO SENTIMENTO DE “AMBIENTE SEGURO” – “SENSAÇÃO DE MEDO”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Assegurar um ambiente propício para as atividades inerentes à Escola”. - “Um ambiente que nos traga tranquilidade para trabalhar sem medos.” - “Um ambiente em que se possa exercer o trabalho com qualidade e tranquilidade longe da violência e do medo. Com respeito e harmonia”. - “Estar em situação que nos traz paz e tranquilidade, refugio.” - “Acho que é termos a sensação de estarmos seguros em um local. Podermos dialogar com todos sem temor. Um ambiente tranquilo propício ao trabalho”. - “É se sentir seguro, acolhido respeitado. É ter a escola como um lugar de confiança na comunidade.” - “Sensação de proteção. Responsabilidade de todos.” - “Confiança. Proteção”.
<p>GRUPO 3</p> <p>FALAS QUE SE ASSOCIAM AO DIREITO DE SEGURANÇA E À GESTÃO PÚBLICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Segurança Escolar é a garantir um ambiente adequado para o pleno desenvolvimento das atividades da escola. Envolve equipamentos, procedimentos, treinamentos, intencionalidade. Um conjunto de ações comuns que visem o bem-estar de todos: estudantes, trabalhadores, comunidade”; - “Garantia de um ambiente confiável onde cada professor, funcionário, estudante possa desenvolver seu trabalho com tranquilidade, sem medo”; - “Condição de trabalho que não gere medo e possibilite a realização do trabalho, de forma favorável.” - “Dever do gestor da Escola e também do gestor da cidade. Fundamental ter segurança dentro e próximo à escola para garantir a tranquilidade, a integridade física de alunos, funcionários, famílias”; - “É o direito de ir e vir de todos os profissionais, alunos e comunidade Escolar de poder usufruir dos ambientes escolares com segurança”.
<p>GRUPO 3</p> <p>FALAS QUE SE ASSOCIAM A PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS E AÇÕES NO CAMPO PEDAGÓGICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Reconhecimento de ações proativas em situação de conflitos e violência eminente. Adultos atentos a riscos. Prevenção à possibilidade de agressões”. - “Construir uma Cultura de Paz”.

<p style="text-align: center;">GRUPO 4</p> <p style="text-align: center;">FALAS QUE SE ASSOCIAM AOS RELACIONAMENTOS – “AO CLIMA ESCOLAR”</p>	<p>- “Conjunto de estratégias, equipamento, procedimento que garantam ambiente da escola, clima tranquilo, produtivo, onde as relações estabelecidas entre os sujeitos que a escola atende ou que transitam por seus espaços, sejam pautadas no respeito às pessoas e regras sociais de convivência. Envolve vários aspectos, incluindo que dizem respeito às questões físicas, emocionais, sociais”</p> <p>- “Projetos desenvolvidos pela Instituição.”</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora

Em seguida, abrimos a discussão para os conceitos de criminalidade e violência explorando os dados do contexto social dos territórios, que constituem a cidade, e, apresentamos como os índices de violência eram medidos. Mostramos a taxa de homicídios que media a criminalidade violenta e os dados de homicídios de jovens, apontando que estes representavam a maior parcela de mortes por causas externas no país.

Apresentamos alguns dados para reflexão de acordo com o Atlas da violência de 2018:

- Em 2016, o Brasil registrou 62.517 homicídios, com crescimento de 5% em relação ao ano de 2015;
- Desse total, 33.590 são jovens, com uma taxa de 65,5 por grupo de 100 mil habitantes. Em 6 Unidades Federativas a taxa é superior a 100 mortes de jovens homens por grupo de 100 mil hab.;
- A taxa de homicídios de negros equivale a 2,5 vezes a taxa de não negros.

Construímos um painel sobre as violências no território, onde a escola está inserida, associando os dados de criminalidade e violência, à discussão sobre Vulnerabilidade juvenil. Nossa estratégia foi apresentarmos o IVJ, especificamente da Região Leste com destaque para o território L4, conjuntamente com outros indicadores de vulnerabilidade, da parcela jovem da população, como: renda familiar, Taxa de Fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, Crianças de 10 a 14 anos ocupadas (trabalho infantil) e por fim, os dados de evasão escolar e alunos fora de faixa nesse mesmo território. A nossa intenção, era discutir as vulnerabilidades dos jovens, associadas ao contexto social local e entender a violência para além do ambiente escolar.

Ao se depararem com o fato de que a Regional Leste, é a que apresenta o maior número de registros da Rede Municipal, entre as 09 Regionais de Belo

Horizonte, perceberam o impacto das ocorrências desta Regional no total da Rede Municipal, já que os registros da Leste, correspondem a uma média mensal de 15 ocorrências – 85 ocorrências ano em um universo de 569, representando quase 20% do total da cidade e com apenas 15 Escolas na região.

A apresentação dos dados gerais das ocorrências nas escolas da Regional Leste, provocou espanto nas diretoras de Escolas, e a reunião ficou muito agitada. Todas queriam falar e entender melhor os dados. Chegaram a questionar se a violência não era maior do que parecia, que a violência “mesmo” ocorria no local onde as escolas estavam inseridas. Foram colocados vários motivos, para esses registros tão elevados. Neste sentido, marcamos um novo encontro para discutir os dados, com mais tempo e com a separação das informações por escola, que seriam apresentadas separadamente.

Foi quando decidi fazer a intervenção em outra escola que não estava no território onde focava meu trabalho, no L4. Isso se deu, porque segundo a direção nesta escola, havia um aumento muito significativo nas ocorrências no ano de 2018 e de fato, a diretora se posicionou de uma forma muito incisiva, apontando as ocorrências como “atos infracionais” graves ocorridos na Escola.

5.1.2 Mudança de Rumos:

A partir da discussão com o grupo de diretoras da Regional Leste, achei interessante trabalhar com uma escola específica, fora do L4, posto que a diretora desta unidade foi muito enfática em dizer que a escola estava muito “violenta” e que havia aumentado muito as ocorrências e atos infracionais nesta. Fizemos a proposta de ir até lá e estudar com a direção e coordenação pedagógica o que estava acontecendo. Propusemos fazer uma análise de contexto, uma discussão detalhada dos registros e tentar entender esse aumento das ocorrências.

Outra demanda, desta pesquisa, era analisarmos os registros de ocorrências em uma escola que apresentasse um aumento significativo dos registros apontados no relatório anual da Guarda Municipal. Deste modo, marcamos duas novas agendas uma específica com as Escolas 1 e 2:

- a. Reunião com a Escola 1 - 25 de Abril – 10:30 às 12:30
- b. Reunião com a Escola 2 - 05 de julho 14:00 às 17:00

5.2 RELATO DA INTERVENÇÃO 2 – ANÁLISE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NA NO DE 2018 NA ESCOLA 1.

Estavam presentes neste encontro: a diretora, a vice-diretora, a coordenação pedagógica, uma representante da Regional, que acompanha a escola e uma representante da Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Retomamos o dado geral dos registros de ocorrências nesta Escola (Apêndice I) e constatamos que, apesar do número de ocorrências ter aumentado, seria necessário compreendê-las em relação ao contexto em que aconteceram, a fim de podermos analisar suas motivações.

Também comparamos o número total dos registros em um ano e percebemos que, em relação ao número de alunos da escola, não era um número absoluto assim tão alto, mas que proporcionalmente ao total de registros no ano anterior, havia sim, um crescimento.

Propusemos começar o encontro com a apresentação de conceitos relacionados à segurança escolar e violência, fizemos uma discussão a partir das impressões que as diretoras apresentaram no encontro geral, ocorrido anteriormente. Percebemos que as pessoas presentes não tinham clareza das definições sobre as categorias registradas. Por exemplo, a distinção entre agressão, lesão corporal e vias de fato não estava clara para o grupo. Do mesmo modo a relação entre o conceito de ato infracional e a sua determinação em relação à gravidade do fato, também não era clara para a coordenação e direção da escola.

Para distinguirmos as categorias dos atos registrados nas ocorrências, trabalhamos os conceitos relacionados a elas.

Como havia um consenso por parte da direção e coordenação de que nesta escola tinham aumentado os “atos infracionais e crimes”, achamos importante analisar os dados, à luz de categorias e normas legais que distinguem um ato do outro, ou seja, que identificam o que é ato infracional. Analisamos as ocorrências e verificamos se estas eram mesmo “atos infracionais e crimes” ou se encaixavam em outra categoria, como conflitos interpessoais. No final da leitura coletiva das ocorrências, identificamos que a maioria destas, tinha outra natureza, que não eram atos infracionais.

Utilizamos os seguintes conceitos para essa apresentação: atos infracionais, criminalidade violenta a partir do código penal, segurança urbana. Sempre nos

reportando aos dados das ocorrências e à leitura dos registros nesta escola, para averiguar se de fato, estas ocorrências se encaixavam na categoria dos atos infracionais, que as participantes haviam enunciado inicialmente.

Aqui, a discussão foi muito interessante em relação à comparação feita pelo grupo aos crimes cometidos por adultos (código penal) e às ocorrências registradas nas escolas (relatórios dos Bis). A impressão de todas, que sempre é tratada no senso comum, era de que para adolescentes que cometem atos infracionais “*não dá nada*”, que eles não eram implicados legalmente, nem que haveria algum tipo de “*punição*”. Esse foi o ponto central do debate, com uma discussão muito intensa sobre o discurso comum, de que as normas aplicadas aos adolescentes comparadas às dos adultos eram mais ou menos fortes.

Veremos nesse debate, que a hipótese que mencionamos inicialmente sobre um discurso que perpassa a categorização dos conflitos, marcado pela representação dos profissionais da educação para os atos cometidos pelos alunos. Avaliamos que, existe um rigor maior em relação ao adolescente que em relação ao adulto, de fato o adulto fica bem menos tempo no sistema prisional, e às vezes nem é detido, se tiver um advogado que “relaxe” a prisão. Segundo Silva e Guerresi (2003), os adolescentes e jovens geralmente não têm a representação de um advogado, contam apenas com a mãe ou com a avó para que o proteja e o defenda do encarceramento.

Em todos os casos relatados pela gestão das escolas, quando ocorreu o encaminhamento de alunos adolescentes ao CIA, a família, foi o único ente a ser acionado para defesa ou acompanhamento do aluno. Essa negligência jurídica é comum em todos os processos de controle dos atos infracionais. A maioria dos jovens pobres não tem advogado, de acordo com o Levantamento Nacional atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, 2011.

Após o debate sobre os atos infracionais, passamos à leitura das ocorrências e percebemos que na classificação das ocorrências desta Escola, percebemos que dos 09 casos analisados, 02 eram de fato atos infracionais, a maioria dos casos eram relacionados a conflitos interpessoais entre funcionários ou professores e alunos (03) e entre alunos de um mesmo grupo (03). Associado à leitura das ocorrências, a equipe da escola relatou vários casos de negligência, um em especial de um jovem que repetidamente estava envolvido nas ocorrências, “*ele tem 16 anos, não fica na escola, pula o muro sempre*”.

Sugerimos então, algumas situações problema, a partir do que os registros lidos coletivamente relatavam, para continuarmos o debate.

5.2.1 Situação problema I

Como é relação dos pais com os alunos da Escola?

Após essa pergunta conversamos sobre, se a escola havia alguma vez questionado, porque um jovem em especial, era correntemente citado como parte dos conflitos escolares, e porque ele fazia isso.

O debate sobre esse ponto, caminhou para uma análise da trajetória do aluno. O grupo de profissionais da escola, disse que a história dele era muito complexa: quando muito pequeno, ele havia dado um tiro acidentalmente na irmã, pegou o revólver em sua casa, do irmão mais velho e brincando, acertou nela. Desde então, a sua vida foi um trauma atrás do outro, a mãe morreu, o pai sumiu e ele ficava sob os cuidados da avó que cuidava também de outros netos e da irmã que estava em uma cadeira de rodas. O irmão mais velho estava envolvido com o tráfico.

Pegando o conceito de Aquino (2003), de que a indisciplina, mesmo que se relacione ao meio sociocultural, ou econômico, se relaciona também ao campo da afetividade, perguntamos ao grupo, se esse aluno se apresentava para a equipe como alguém que demandava outro tipo de cuidado (?), e, a resposta unânime é que ele precisava de acompanhamento psicológico.

Foi uma discussão muito interessante sobre a complexidade dos problemas dos alunos e a capacidade da escola em tratar destes. A necessidade de ajuda externa e de outros serviços, de outras políticas públicas, o apontamento da importância para escola da existência de uma rede de apoio e acompanhamento dos casos. Bem como, da necessidade de pensar coletivamente, alternativas para além da escola para cuidado da família e dos irmãos do aluno.

Outro aspecto apresentado pelo grupo foi de como em uma escola com quase 1000 alunos, de idades variadas de 06 a 16 anos, seria possível tratar destes casos individualmente, que espaços poderiam ser usados para esta discussão e qual retaguarda poderiam contar como apoio para casos complexos.

5.3 RELATO DA INTERVENÇÃO 3: ENCONTRO NA ESCOLA 2

Este encontro foi muito intenso, com muitas pessoas participantes e um longo debate, durou uma manhã inteira e o tempo não foi suficiente para a leitura de todas as ocorrências registradas. Cabe destacar, o número de participantes e a variedade de funções destes presentes nesse encontro: a diretora, a vice-diretora, 04 coordenadoras (01 geral e 02 pedagógica e 01 Escola Integrada), 02 professores, 01 professora de intervenção acompanhamento escolar, 01 representante da Regional, 01 representante da SMED, 01 secretário escolar e 02 guardas municipais.

O encontro foi riquíssimo e devido ao horário do almoço não se estendeu mais, mas haviam muitas questões ainda por tratar e ficamos de marcar um novo encontro para dar retornos e continuar a conversa. Foi proposto um seminário ao final do ano onde esses pontos seriam tratados.

Vale destacar, que a Escola 2 é a com o maior número de ocorrências da Regional e que está entre os maiores números registrados pela Guarda Municipal, na cidade. Tem um histórico muito forte de participação e está situada em um território de alta vulnerabilidade e com altos índices de criminalidade.

Usamos os mesmos conceitos e categorias apresentados anteriormente na Escola 1 sobre segurança, criminalidade, vulnerabilidade juvenil, indisciplina, incivildades e atos infracionais, partindo destes, apresentamos as ocorrências da Escola (Apêndice II) e se iniciou a discussão, com outra situação problema.

5.3.1 Situação problema II

Uso de drogas. Na leitura de uma ocorrência do dia 12-11- 2018 em que um aluno sob o efeito do uso de drogas, teve que ser levado pelo SAMU, fizemos um longo debate tentando entender a situação. A coordenadora apontou que “...o Guarda Municipal viu o aluno fora da sala em atitude suspeita e ele foi levado à coordenação e encontraram um cigarro de maconha na sua mochila”. Ligam para mãe e ela não comparece. O aluno é conduzido ao CIA, a coordenadora o acompanha. Quando estavam no CIA, a mãe chega e todos os funcionários foram dispensados e a mãe ficou com o filho. No dia seguinte o aluno chegou à Escola dizendo que “*não deu nada para ele*”.

Passamos então à análise mais profunda do caso. Outros fatos já haviam ocorrido com esse aluno, há uma semana antes da descida para o CIA, ele foi

levado pelo SAMU por apresentar sinais de “overdose” – passou mal na escola e todos ficaram assustados “com medo dele morrer”. Desde então, a vigilância sob ele tem sido mais intensificada, com receio de que algo aconteça na Escola e a responsabilização sob o ocorrido seja desta.

Percebe-se, um sentimento de insegurança por parte da equipe e ao mesmo tempo, um receio pela vida do aluno a partir da intensidade com que este usa drogas.

5.3.2 Situação problema III

Uma aluna está na escola sem uniforme e a irmã é chamada para buscá-la e as duas entram em atrito. A Guarda foi acionada, a PM também. Como a aluna era menor de 12 anos, o encaminhamento deveria ser feito para o conselho Tutelar, a coordenadora acompanhou a aluna até o Conselho.

Na discussão deste caso, foi abordado o papel do Conselho Tutelar e o acionamento da PM e da GM para um caso de duas meninas de 11 e 13 anos, além de chamar atenção, o nível de agressividade da aluna da escola, que apesar de ser mais nova, atacou sua irmã de forma bastante grave.

A expectativa geral do grupo no debate, era de uma atuação do Conselho Tutelar em relação à família, mas foi unanimidade a pontuação de que o Conselho não atuava nos casos de forma propositiva, nem aplicava medidas que pudesse ajudar as famílias ou acompanhar os casos.

As atuações do Conselho Tutelar eram pontuais, apenas no momento em que acontecia o fato, sem retorno para escola dos encaminhamentos feitos, ou monitoramento dos casos. De modo geral, percebemos um questionamento sobre o papel, as funções e a atuação do Conselho Tutelar.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: DO CONTEXTO DO TERRITÓRIO AO CONTEXTO ESCOLAR

6.1 A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Um ponto importante na execução deste plano de ação, foi a sistematização de informações, a partir de dados que são organizados pela Guarda Municipal em

relatórios anuais. Percebemos que não existe uma produção de dados e conseqüentemente de informações, sobre conflitos escolares pelas Escolas. Como objetivo específico, tivemos como proposta, traçar um cenário dos conflitos escolares a partir dos dados coletados nas ocorrências no interior das Escolas, feitos pela Guarda Municipal. Isso nos exigiu, a leitura e sistematização de todas as ocorrências conforme Apêndices I e II.

Nas Escolas, esse registro é feito em cadernos de atas, onde se escreve sem um formato definido ou uma diretriz clara de registro. Como a função de registrar é realizada por diferentes profissionais: professores, coordenadores, diretores, vice-diretores, entre outros, a cada registro, se observa uma diferente informação, perpassada pelos valores, conceitos e ideias de quem registra. Ou seja, as informações dependem das pessoas que as registram e não partem de uma diretriz ou possuem categorias estabelecidas, para identificar os conflitos escolares.

No caso dos registros pela Guarda Municipal, percebemos um registro “truncado”, com marcadores exclusivos da área de Segurança, nomeando os conflitos em categorias dessa área como “agressões, vias de fato, lesão corporal”, entre outros.

Percebe-se uma transferência para a área de Educação de conceitos exclusivos da área de Segurança Pública e de fato, ao relatarem as ocorrências, os guardas se utilizam de termos que traduzem valores desse campo, e que muitas vezes não retratam o conflito, mas uma situação de desvio de conduta ou de padrão, pensado a partir da Segurança Pública. Confirmando os discursos marcados pela segurança, em um ambiente escolar.

Os conceitos usados pelos profissionais das escolas em suas falas, durante o debate, remetem a uma confusão entre o que temos como valor ou padrão para um comportamento individual, o que se espera como ideal e as atitudes dos alunos no cotidiano escolar. Aqui, além de julgamentos de valores pessoais, posto que a referência do “padrão” é a experiência do professor, do diretor, do adulto, temos uma enorme confusão em relação aos conceitos legais e as normas escolares em si.

Fato é, que a afirmação de uma das coordenadoras da Escola I em um de nossos encontros, de que “*havia aumentado muito os atos infracionais na Escola*”, foi desconstruída, quando passamos à leitura dos registros de ocorrências nesta escola, na verdade, essa categoria de infração que é definida legalmente, representava um número mínimo no total dos registros.

Nesse sentido, a produção de informações, que depende de formatos e diretrizes para o registro de dados de conflitos escolares, exige um alinhamento de conceitos, categorias e formas de registros a serem construídas e compartilhadas com os profissionais das escolas e a Secretaria de Educação.

As falas abaixo dos gestores e coordenadores das escolas demonstram esses marcadores:

- a. A descrença na eficácia das medidas e a proteção do adolescente, elas são ineficientes – *“W.L. dormiu no CIA e voltou direto para a Escola sem comer”*. Fala da coordenadora
- b. A necessidade de um apoio de uma rede de proteção além da escola para cuidar dos casos complexos que demandam intervenções de outras áreas. *“As adolescentes fazem uso de bebida alcoólica muito forte na porta da Escola. Entram para a sala de aula embriagadas”*. Fala de diretora.
- c. A reincidência ou repetição de casos envolvendo os mesmos alunos marca a trajetória desses adolescentes dentro da instituição escolar. *“A dupla J. G. G. e W. G. F estão presentes em tudo que acontece na escola”*. Fala de coordenadora.

6.2 A VULNERABILIDADE JUVENIL E OS SUJEITOS ESTUDANTES:

Uma reflexão importante que as informações trazidas pelos dados do IVJ⁶ assim como pelas falas e relatos das Escolas, diz respeito sobre as condições de vida dos jovens alunos. As vulnerabilidades trazidas pelos indicadores são traduzidas nas falas dos profissionais, na medida em que ao ler uma ocorrência, percebem seus alunos revelados em suas vulnerabilidades.

A cada relato de uma ocorrência envolvendo os alunos, se desvendava uma história de vida marcada por situações difíceis, experiências de violações de direitos, e, reveladas as vulnerabilidades, as análises do grupo caminhavam para resoluções dos conflitos, que exigiam uma articulação com outros atores sociais, para além da Escola.

Percebe-se nesse momento, coletivamente, que para além da ocorrência registrada por um ato de agressividade, violência ou indisciplina, existe a

⁶ Índice de Vulnerabilidade Juvenil www.pbh.gov.br

necessidade de ver o conflito, em relação ao lugar onde se vive e às vulnerabilidades sociais, que perpassam essa trajetória.

A experiência de vida dos alunos, exige, ao mesmo tempo, uma leitura individual da história dele, de suas fragilidades que revelam questões da ordem do sujeito, mas essas fragilidades existem a partir de uma situação social, ou seja, de fatores estruturais que de certa forma determinam as trajetórias desses adolescentes e jovens levando-os a expressar com mais intensidade, suas vulnerabilidades em situações de conflito.

Nosso objetivo de qualificar tais conflitos, a partir da leitura e análise das ocorrências, em conjunto com gestores e professores de duas Escolas, identificou elementos que ajudam na análise qualitativa dos eventos registrados, esse objetivo, foi alcançado quando saímos do contexto escolar para o contexto do território e para a qualificação das trajetórias dos alunos.

De forma concreta, as escolas com o maior número de ocorrências estão nos territórios de maior vulnerabilidade juvenil. E se não estão no território como a Escola2, os alunos moram neles e vivem em situação de vulnerabilidade. Esse fato, não nos parece uma mera coincidência de dados, as vulnerabilidades se encontram no território e nos sujeitos que vivem nele, são desvantagens sociais concentradas em um mesmo lugar e com as mesmas pessoas. E nessa realidade estão presentes alunos e jovens e professores.

6.3 ELEMENTOS IMPORTANTES QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A REFLEXÃO SOBRE OS CONFLITOS ESCOLARES

Dentre os diversos pontos levantados nas discussões com as Escolas, refletir sobre categorias que se relacionam aos conflitos escolares, para produzir um alinhamento acerca dos conceitos de atos infracionais, incivilidades e indisciplina nos parece fundamental. Nesse projeto essa era uma de nossas questões iniciais, nosso objetivo era produzir uma análise sobre o fenômeno denominado “violência escolar” a partir das informações presentes nos registros de ocorrências nas Escolas, proporcionando uma reflexão com os profissionais das Educação sobre os conflitos.

Notamos em nossa pesquisa-ação, que muitas vezes, o que é informado como violência escolar, de fato, traduz conflitos que estão presentes no cotidiano

das escolas, fazem parte do dia a dia da escola. Entretanto, sua frequência e permanência nesse contexto, e a solicitação da Guarda Municipal para atuar nesses conflitos, exigem uma discussão mais efetiva, com regularidade e metodologia a serem compartilhadas pelos profissionais escolares.

De fato, pensamos ser necessário, ampliar o repertório pedagógico da Escola para assimilar, agregar e inserir os conflitos escolares nesse repertório. Para uma ação preventiva no ambiente escolar, essa ação pedagógica é fundamental.

Nos 04 (quatro) encontros deste projeto, foi marcante a necessidade de fala dos profissionais das Escolas e de orientação metodológica de como proceder, em situações de conflitos. Para propor formas efetivas de intervenção em conflitos escolares, pensamos ser necessário criar estratégias de acompanhamento, de formação e de retaguarda, para os profissionais e constituir um grupo de acompanhamento presencial, formado por técnicos de diferentes áreas, especialmente para as Escolas que se apresentam fragilizadas pela recorrência de casos de conflito.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos, nos encontros realizados, muitas dúvidas sobre procedimentos a serem estabelecidos para os conflitos escolares, assim como os significados e as categorias destes. Percebemos aqui, a necessidade de construir procedimentos que possam ser nivelados tanto com as equipes das Escolas quanto com a Guarda Municipal. Há uma necessidade de maior clareza sobre o que vai ser feito diante de uma situação de conflito e construções de processos coletivos, para tratá-los no ambiente escolar, se tornam evidentes.

Nota-se que nesse ano de 2019, a SMED publica um Guia de Orientações e Encaminhamentos para “subsidiar a ação dos gestores escolares com orientações seguras sobre os encaminhamentos Inter setoriais e escolares que devem ser ativados frente às ocorrências graves”. Assim como a Guarda Municipal constrói diretrizes operacionais específicas para sua atuação das escolas.

Mas de fato, nesse trabalho além da ampla divulgação dessas orientações normativas, o que percebemos é a necessidade de uma construção mais específica com a escolas que apresentam maiores números de registros de ocorrências, uma

orientação que parta de casos concretos e do tratamento dos conflitos, com essas escolas.

Concluimos que, o fato de existir apenas uma modalidade oficial de registros, os Boletins de Intervenção da Guarda Municipal, a existência de uma confusão entre fatos e conceitos, é evidente. Os registros dos fatos, tratam da mesma maneira as categorias atos infracionais, indisciplinas e incivildades. Tudo é registrado como ocorrência no interior da escola e não há outros registros produzidos, para além dos da Guarda Municipal.

Outra consideração importante, se refere às medidas tomadas pela escola para dar uma resolução no conflito. Os dados revelaram que 86% das providências tomadas pelas escolas terminam em medidas pedagógicas, ou seja, os encaminhamentos internos serão a consequência para os atos praticados. Não existe uma clareza de que encaminhamentos são esses, posto que nos registros, a única informação é de que medidas administrativas e pedagógicas foram tomadas, sem revelar que medidas são essas.

Pensamos que, seja por questões relativas à concepção dos conflitos como algo que “prejudica” o convívio escolar, seja por conta da insegurança, provocada pelo medo dos profissionais diante dos conflitos reincidentes, construir um apoio sistemático, a essas unidades de ensino, é fundamental.

O sentimento de medo, é um fator presente na fala da maioria dos profissionais das escolas, os atos infracionais, as indisciplinas e as incivildades são relacionadas pelos professores e diretores, à violência territorial.

A nossa abordagem nesse projeto de ação, discute as concepções arraigadas no cotidiano escolar em torno das violências que perpassam os conflitos escolares. Percebemos, que discutirmos a relação das escolas com o território em que ela está inserida e conhecer as trajetórias de seus alunos, é fundamental para compreender tais conflitos.

Buscamos abrir canais de comunicação com os professores através, da discussão coletiva desses conflitos, e, percebemos que existem muitos elementos envolvidos nessa discussão. Questões da ordem dos sujeitos alunos e suas trajetórias conversam com questões sociais dos problemas estruturais dos territórios onde estão inseridas as escolas.

Percebemos a necessidade de refletirmos coletivamente, sobre os conflitos escolares, tanto para compreendermos melhor os fatos, quanto para buscarmos

soluções compartilhadas, com diferentes setores das políticas públicas, que exigem a contribuição de outras áreas além da Educação.

Percebemos a necessidade dessa reflexão em grupo, também para lidarmos com questões relativas às sensações e percepções dos professores, que levam a uma sensação de medo em estar nesse território.

A partir dos registros dos BIs - Boletins de intervenção, produzidos pela Guarda Municipal, possibilitamos uma ampliação do olhar do grupo, tentando entender os marcadores de repetição (um padrão) para tais registros. A maioria dos conflitos têm como categoria as relações interpessoais (vias de fato, ameaças, lesão corporal, desacato, agressões). Isso demonstra que as relações, entre as pessoas, interferem diretamente nos conflitos escolares.

Importante destacar, que mesmo com a redução dos registros, ano a ano, os conflitos interpessoais representam a maioria absoluta dos casos. As categorias registradas pela GM como: vias de fato, agressões ameaça, lesão corporal, atrito verbal e desacato representam nos 03 anos (2016 – 2017 e 2018) uma média de 50% do total das ocorrências, ou seja, metade destas.

Melhorar as relações, exige um entendimento entre as partes e uma visão da escola de que seria possível transformar situações difíceis em possibilidades. Aprender a usar a palavra, o diálogo e a capacidade de negociação em situações problemáticas, nos parece ser um conteúdo importante dos projetos pedagógicos das escolas. A essa perspectiva, denominamos nesse trabalho de “aumentar o repertório pedagógico das escolas”, introduzindo o conflito como um elemento de conhecimento, aprendizagem e transformação social.

Outra conclusão, é a de que essas ocorrências terminam com a tomada de medidas administrativas e pedagógicas, como forma de conclusão do conflito. Em 2017 82% do total e em 2018 71% do total das medidas tomadas pela escola foram essas.

Esses dados nos levam a concluir, que a escola tem problemas da ordem das relações interpessoais e que sua solução, depende do corpo técnico da escola e com quem ela pode contar. E que em boa medida a solução depende dos envolvidos nos conflitos. Concluímos aqui, que mesmo sendo a Guarda Municipal o órgão que é chamado a resolver os conflitos e que os registra, a dimensão pedagógica, é a única responsável por encaminhar a solução destes.

Elementos como autoridade, identidade, desigualdade, medo, estão presentes na representação dos profissionais da educação, para definir o que é violência no interior das escolas. Esses elementos precisam ser trabalhados conceitualmente, para que o coletivo escolar perceba suas dimensões, nas trajetórias dos alunos com os quais convivem cotidianamente.

Ao mesmo tempo, identificamos elementos que informam sobre um discurso pedagógico que perpassa uma categorização dos conflitos. As falas dos participantes dessa leitura coletiva das ocorrências, demonstram esse discurso. Dizem respeito a condutas relacionadas a comportamentos violentos, não aceitáveis no ambiente escolar, mas fazem parte da vida dos alunos “fora da escola”.

Deste modo, como propusemos em nosso objetivo geral, a análise das intervenções feitas com os professores, coordenadores e diretores de escolas, nos leva a estabelecer uma relação direta entre os conflitos escolares, os territórios onde as escolas estão inseridas e as trajetórias de seus alunos, exigindo do corpo técnico e gerencial das escolas, mais formação sobre o tema e a inserção dos conflitos em seu repertório pedagógico.

Pensamos, que a relação entre a recorrência desses conflitos nas mesmas escolas, nos territórios de maior vulnerabilidade juvenil, pode estar associada à recorrência dos índices de desigualdades, nesses mesmos lugares e com os mesmos sujeitos. Para sair desse quadro crônico, seria necessário enfrentar problemas estruturais para além dos muros da escola.

Por fim, nossa perspectiva foi a de abrir canais de comunicação com os professores e gestores das escolas com altos registros de conflitos escolares, na tentativa de pensar sobre a violência não como causa dos conflitos, mas como sintoma de problemas estruturais vivenciados cotidianamente por seus alunos.

Buscamos pensar para além do ato cometido, construindo um olhar para o sujeito aluno a partir de sua trajetória e da inserção desses em seu território, onde se vive e onde a escola se localiza. As possibilidades de atuarmos preventivamente nesse contexto, exige pensar coletivamente os conflitos, buscar alternativas para além do campo da Educação e construir conhecimento, criando um repertório pedagógico a respeito dos conflitos escolares.

A relação dos profissionais com o território onde trabalham, é algo a ser pensado. Os conflitos escolares perpassam essa relação, tanto para os alunos que vivem nesse lugar, quanto para os professores que temem estar nesse lugar.

REFERÊNCIAS

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016 e 2018) <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/guia-para-a-prevencao-do-crime-e-da-violencia>

acessado em 25 de setembro de 2019

ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>

AQUINO, J Groppa. Indisciplina o Contraponto das escolas democráticas; São Paulo: Moderna, 2003

BELO HORIZONTE, Diretoria de Prevenção Social. **Programa de Prevenção à Violência nos Ambientes Escolares:** documento interno. Belo Horizonte, 2019. Não publicado.

BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção. Relatório **Anual de ocorrências das Escolas Municipais 2017.** Não publicado.

BRASIL. Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei: levantamento nacional 2011. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Sinase_Levantamento2011.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

BRASIL. Fundamento Constitucional do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Disponível em: http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files. Acesso em: 17 nov. 2019.

BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, 13 jul. 1990.

GONÇALVES, Luiz A. O.; SPOSITO, Marília P. Iniciativas públicas de redução da violência Escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 115, p. 101-138, mar.2002.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da violência 2018.

Brasília: [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], 2018. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 17 nov. 2019.

MARTINS, Ângela Maria; **MACHADO**, Cristiane. Gestão escolar, situações de conflito e violência: campo de tensão em escolas públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 59, p. 157-173, mar. 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 5.ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.

PÉREZ, Carmen Lúcia Vidal. Ler a palavra, compreender o mundo: a função alfabetizadora da Geografia. **A Página da Educação**, Portugal, n. 129, ano 12, dez. 2003. Disponível em: https://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_9777/Doc/P%C3%A1gina_9777.pdf. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

SILVA, Enid Rocha Andrade; **GUERESI**, Simone. **Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 58-75, 1998. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/717>. Acesso em: 17 de novembro de 2019.

STAKE, R. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo**. Brasília: [Flacso], 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

APÊNDICE I - classificação das ocorrências registradas no ano de 2018 - na escola 1

CATEGORIA	REGISTRO NO BI - GM	DATA HORÁRIO TURNO	ENVOLVIDOS	MEDIDAS TOMADAS
Primeira categoria de análise – violência contra o patrimônio: depredação/pichação em áreas internas e externas da escola; roubo e furto de equipamentos e materiais	PICHAR, GRAFITAR OU POR OUTRO MEIO: uma pichação feita de canetão na sala de aula número 1, onde funciona o EJA , não sabendo informar os supostos autores do fato, nem os dizeres.	28/11/2018 14h30min	- Professora - Guarnição da VTR. 8925/Ronda Leste foi empenhada pelo Suope 4	Medidas administrativas, dispensando demais
Segunda categoria de análise – situações de tráfico, porte e uso de drogas	NÃO HÁ REGISTROS			
Terceira categoria de análise – uso de álcool nas dependências da escola e em seu entorno	NÃO HÁ REGISTROS			
Quarta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre alunos	LESÃO CORPORAL: na quadra de esportes, os alunios entraram em vias de fato, após um desentendimento.	28/09/2018 12h00min	- Guarnição SUOPE Macro IV foi empenhada - Diretora - Alunos P. J. A. da S., 15 anos, -Aluno J. L. R., 15 anos,	- P. foi encaminhado para a UPA Leste, - depois foi encaminhado para o Hospital João XXIII - J. foi para a CIA, foi gerado o REDS 2018043436910-001.
	LESÃO CORPORAL solicitado informando que o aluno, W G F de 13 anos, agrediu fisicamente o aluno, PA, com socos e chutes.	22/03/2018 10h15min	Guarnição GPE Leste na VTR 8926 Coordenadora Aluno W G F de 13 anos,	Foram adotadas medidas pedagógicas.
	VIAS DE FATO / AGRESSÃO: informando que duas alunas, L.Q.C., 12 anos e E.M.A., 14 anos, começaram a brigar dentro de sala de aula devido a	12/03/2018 10h20min,	- Guarnição de serviço GPE Leste via CECOGE - Vice-Diretora -Alunas, L.Q.C., 12 anos E.M.A., 14 anos	Os pais das alunas compareceram na escola e foi tomada as medidas pedagógicas

	insulto por celular. Aparentemente não teve nenhuma lesão.			
<p>Quinta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre professores ou funcionários a alunos</p>	<p>PERTURBAÇÃO DO TRABALHO OU DO SOSSEGO ALHEIOS: aluna exaltada e proferiu palavras de baixo calão após ser advertida sobre o uso de celular em sala</p>	<p>dia 28set2018, 10h30min,</p>	<p>- Guarnição da VTR. 3452/ -Professora - Aluna, 15 anos</p>	<p>A informante adotou as medidas administrativas e pedagógicas dispensando demais providências</p>
	<p>LESÃO CORPORAL - Artífice chama GM Informando que aluno quebrou uma lâmpada fluorescente após atingi-la com uma bola. Outro aluno com pedaços da lâmpada causou um grande corte na mão de outra aluna.</p>	<p>06/06/2018 11h20min,</p>	<p>- Guarnição Leste na VTR 8925 - Artífice - alunos:W G F de O, 13 anos, J G G, 14 anos, aluna, K C de S S, 11 anos</p>	<p>A vítima foi atendida na UPA Leste com o Prontuário, 1242174. Os envolvidos foram encaminhados para a CIABH onde foi registrado o REDS 2018/024887043-00</p>
	<p>DESACATO: Aluno estava batendo com as mãos na carteira incomodando a aula, o professor (não identificado) pediu para que o aluno saísse da sala, porém ele recursou se a sair, diante do fato foi solicitado a presença da coordenadora em sala de aula, nesse momento segundo a coordenadora o aluno J. G. G. N resolveu sair da sala encontrado a no corredor. Ao tentar conversar com o autor segundo Silene ele proferiu por diversas vezes os</p>	<p>03/04/2018 11h00min,</p>	<p>- Guarnição do SUOPE IV comandada pelo subinspetor - Coordenadora - Aluno J. G. G. N 14 anos - Professor (não identificado)</p>	<p>Após a agressão verbal o autor evadiu do educandário.</p>

	seguintes dizeres a ela “ vai tomar no cu”.			
	AMEAÇA: Auxiliar afirma ter sido ameaçada pelo aluno, com os seguintes dizeres: " <i>sua rapariga vou te pegar depois</i> ".	22/02/2018 13h40min,	- Guarnição do Leste na VTR – 3460 - Auxiliar de serviços gerais - Aluno, B S R, 14	Foram adotadas medidas pedagógicas.
OTRAS CATEGORIAS:	"FURTO" - havia pegado sem autorização e extraviado o diário comportamental que estava sob os cuidados do professor	09/10/2018 16h20min	- Coordenador - Professor - Auxiliar de apoio - Guarnição da VTR 3452 - Aluno, 14 anos	Medidas administrativas dispensando providencias policiais.
	AVERIGUAÇÃO DE PESSOA / VEÍCULO EM ATITUDE SUSPEITA: Suspeita de possível aluno estar portando arma de fogo no interior do educandário. e encontrou um brinquedo enrolado em uma fita isolante simulando ser uma arma de fogo com os referidos alunos.	21/09/2018 09h55min	- Diretora - Guarnição - alunos J V R da S, 13 anos, e W da S - 11 anos,	Acionamento da Família: coordenação acionou os responsáveis dos menores e informou todo o ocorrido. Medidas pedagógicas adotadas.

FONTE: Elaboração da autora a partir dos dados dos Boletins de Intervenção da GM 2018

APÊNDICE II - classificação das ocorrências registradas no ano de 2018 - na escola 2

CATEGORIA	REGISTRO NO BI - GM	DATA HORÁRIO TURNO	ENVOLVIDOS	MEDIDAS TOMADAS
Primeira categoria de análise – violência contra o patrimônio: depredação/pichação em áreas internas e externas da escola; roubo e furto de equipamentos e materiais	NÃO HÁ REGISTROS			
Segunda categoria de análise – situações de tráfico, porte e uso de drogas	NÃO HÁ REGISTROS			
Terceira categoria de análise – uso de álcool nas dependências da escola e em seu entorno	USO E CONSUMO DE DROGAS: a guarnição do próprio deparou com W.C.R., 16 anos, em atitude suspeita na hora da entrada dos alunos. O aluno foi abordado e encaminhado a sala da coordenação, a coordenadora, teve seus pertences verificados, sendo encontrado um cigarro artesanal de substância semelhante a maconha dentro de sua mochila.	12/11/2018 Por volta das 13h40min	Guarda Municipal Aluno W.C.R., 16 anos Coordenadora	Diante do exposto, foi feito contato com a CECOGE, que empenhou no local a guarnição do SUOPE IV, VTR. 3452, que conduziu a ocorrência para a CIA onde foi gerado o REDS: 20180505431 30001 e encerrada.
Quarta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre alunos	VIAS DE FATO / AGRESSÃO: a guarnição da VTR 8926/ GPE Leste, foi empenhada pela CECOGE para comparecer à Escola para verificar situação de vias de fato. Ao chegar no local, foi feito contato com a diretora, que relatou que o coordenador, estava no pátio da escola durante o intervalo de aula dos alunos, quando foi atingido por uma laranja no olho esquerdo.	12/06/2018 Por volta das 15h00min,	Guarda Municipal Diretora, Coordenador Aluno K. C. F., 13 anos	Os responsáveis pelo aluno foram acionados, porém não compareceram ao local. A diretora, o coordenador e o aluno foram encaminhados para a CIA, onde foi registrado o REDs 2018-

	Segundo o coordenador, a laranja foi arremessada pelo aluno K. C. F., 13 anos.			025892710001.
--	--	--	--	---------------

CATEGORIA	REGISTRO NO BI - GM	DATA HORÁRIO TURNO	ENVOLVIDOS	MEDIDAS TOMADAS
Quarta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre alunos	LESÃO CORPORAL: VTR. 3452/ SUOPE IV foi empenhada pela CECOGE para comparecer ao referido próprio a fim de averiguar uma ocorrência. No local, foi informada pela diretora, que os alunos, A. G. L., 17 anos e L. M. O. C., 16 anos, sem motivos aparente, adentraram na sala do aluno K. C. F., 14 anos, e o agrediram com chutes e socos causando um pequeno hematoma em sua cabeça, e em seguida evadiram do educandário tomando rumo ignorado.	17/08/2018 Por volta das 16h40min	Diretora Guarda Municipal Aluno, A. G. L., 17 anos Aluno L. M. O. C., 16 anos, Aluno K. C. F., 14 anos Mãe de aluno	A informante adotou as medidas administrativas e pedagógicas. Compareceu ao local a mãe da vítima, que tomou ciência do fato e dispensou providências policiais.
	VIAS DE FATO / AGRESSÃO: o GCM de serviço no local foi acionado pela diretora, a qual relatou uma briga no pátio da Escola envolvendo as alunas I.L.F.S, 14 anos, e a aluna F.F.C.O, 14 anos, que se desentenderam com a aluna L.V.F.S, 14 anos, durante o horário de recreio. Após a intervenção do GCM, as envolvidas foram encaminhadas até a sala da diretoria, onde foram orientadas pela direção. Durante as orientações por parte da direção, a aluna I.L.F.S, ameaçou a aluna L.V.F.S, com os		Guarda Municipal Diretora Aluna I.L.F.S, 14 anos Aluna F.F.C.O, 14 anos, Aluna L.V.F.S, 14 anos Pai da aluna I.L.F.S Mãe da aluna F.F.C.O Mãe da aluna L.V.F.S	Sendo assim os responsáveis pelas alunas foram acionados, comparecendo no educandário, o pai da aluna I.L.F.S, mãe da aluna F.F.C.O, e a cidadã Luciana Rosália Ferreira de Souza, mãe da aluna L.V.F.S, que tomaram ciência do ocorrido. Diante dos fatos com apoio das guarnições do FISCOPE Leste, VTR 8926, e do GPE Nordeste, VTR

	seguintes dizeres; “no próximo dia de aula vou trazer uma faca e você vai ver”. Também insatisfeita com as orientações a aluna F.F.C.O, desacatou a diretora com os dizeres; “vai tomar no seu cu, você não manda em nada aqui na escola”.			3460, os envolvidos foram encaminhados para CIA/BH onde foi registrado o REDS de nº 2018037545946-001.
CATEGORIA	REGISTRO NO BI - GM		ENVOLVIDOS	MEDIDAS TOMADAS
Quinta categoria de análise – violência interpessoal: agressões verbais e físicas entre professores ou funcionários a alunos	VIAS DE FATO / AGRESSÃO: guarnição foi solicitada pela Coordenadora Pedagógica, para comparecer até a coordenação porque havia um aluno nervoso. Chegando ao local a equipe ouviu do aluno, M G R da S, que ele sofreu um empurrão do monitor, T D O. A mãe do aluno, Nubia Cristina de Resende, foi chamada à escola para acompanhar o caso. Foi ouvido o monitor e segundo ele, o aluno foi repreendido por arrastar uma cadeira no pátio e diante da repreensão proferiu palavras de baixo calão e agrediu o monitor com uma cabeçada na boca, o monitor para repelir a agressão empurrou o aluno para afastá-lo.		Guarda Municipal Coordenadora Pedagógica Aluno, M G R S Monitor Mãe do aluno	As partes foram orientadas e dispensadas.
	VIAS DE FATO / AGRESSÃO: a guarnição foi solicitada pela coordenadora aa comparecer na sala da coordenação, pois a aluna S. E. S. B., 11 anos, entrou em vias de fato com a irmã Ana Caroline Cristina de Almeida, 20 anos, a		Guarda Municipal Coordenadora Pedagógica Mãe do aluno aluna S. E. S. B., 11 anos Irmã da aluna 20 anos PMMG Conselho Tutelar	Foi necessária a intervenção da guarnição. Foi feito contato com a CECOGE, que empenhou a Ronda Leste em apoio. A PMMG já havia sido acionada,

	qual estava no educandário, a pedido da coordenação, para buscar S., pois estava sem o uniforme escolar.			comparecendo a V.P. 26759/22º BPM, que não registrou o B.O e conduziu a coordenadora e a aluna até Conselho Tutelar Leste.
OTRAS CATEGORIAS:	IMPORTUNAÇÃO SEXUAL: Por volta das 13h35min, a guarnição foi procurada pela Sra. Ana Paula Verissimo de Oliveira Balbino, que nos relatou que no dia 26/09/2018 sua filha, M E V L, de 09 anos sofreu abuso por parte do menor, G E M S, de 11 anos. O autor passou a mão nas pernas da vítima sem seu consentimento			Os pais foram acionados para mediadas pedagógicas, comparecendo apenas a responsável pela vítima. O registro não foi feito porque a equipe estava no horário de almoço, sendo procurada pela responsável para registro na data de hoje. A mãe foi orientada para procurar a polícia para outras medidas.

FONTE: Elaboração da autora a partir dos dados dos Boletins de Intervenção da GCMBH 2018